

ANEXO 2

Entrevistas, Textos e Fotos
produzidos para o Site e o Boletim Eletrônico
“ONG Vale Verde”
2005-2007

Os textos abaixo foram elaborados e produzidos **pela Relações Públicas e Educadora Ambiental, Ana Celina Silva Tiburcio**, e publicados na *home* da ONG Vale Verde – em Defesa do Meio Ambiente.

25/10/2005 - ECOADVENTUR EM CARAGUÁ REÚNE ONGS, PODER PÚBLICO E EMPRESAS.

Trazendo o desenvolvimento sustentável como princípio, aconteceu entre os dias 12 a 16 de outubro de 2005 em Caraguatatuba, o ECOADVENTUR do Litoral Norte com exposições e palestras sobre esportes de aventura, temas ambientais e trabalhos de ONGs da região.

Estiveram presentes expositores de empresas com produtos voltados aos esportes radicais e de aventura, além de ONGs ambientalistas do Litoral Norte como a Vale Verde, Onda Verde, ASSU, Cunhambebe, Ponto Azul, Tamar, Ilhabela.org, Caravela, WWF, Greenpeace, Gondwana e SGI, que compuseram a 'Tenda da Ecologia' no evento.

As discussões focaram questões sobre a Mata Atlântica, Efeito Estufa e o corredor de exportação do Litoral Norte. Um dos objetivos das palestras foi trazer discussões e reflexões, junto à população da região tornando as informações acessíveis sobre a instalação da base de Gás Natural, a ampliação do Porto de São Sebastião e a duplicação das rodovias dos Tamoios e contornos na Rio-Santos, envolvendo a Secretaria Estadual de Transportes. Discussões que têm sido feitas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal decidindo o futuro da região e conseqüentemente afetando a qualidade de vida de toda a população.

O Litoral Norte tem o turismo por vocação e, também, uma das maiores áreas de remanescentes de Mata Atlântica (ainda) preservada no Estado de São Paulo.

A preocupação dos ambientalistas é como isso tudo será realizado sem comprometer o meio ambiente, já que por exemplo, o traçado do Corredor de Exportação proposto pelo Estado tem características de grande potencial de impacto ambiental, podendo até ocorrer novas retiradas de coberturas naturais do Parque Estadual da Serra do Mar.

Outra preocupação levantada pelos ambientalistas é em relação à disponibilização de informações e a realização de audiências públicas nos quatro municípios do Litoral Norte, já que estas questões implicam também em impactos da ocupação urbana e preocupações quanto à infra-estrutura e saneamento básico dos municípios para receber essa nova demanda.

Outras palestras como as alterações climáticas e suas implicações no futuro da região, com pesquisador José Marengo - CPTEC-INPE mostrou que o aquecimento global já começou a afetar sensivelmente o planeta. A apresentação dos resultados do I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental - em Santos-, com jornalistas convidados, falou sobre o presente e futuro do ambiente na visão da mídia.

As entidades ambientalistas apresentaram seus projetos e atividades. A Vale Verde apresentou o vídeo documentário 'Biodiversidade do Litoral Norte - O que você tem a ver com isso?', este retrata as ameaças e riquezas da Mata Atlântica na região e, também, a 'Maquete Ambiental do Vale do Paraíba e Litoral Norte'. Na Maquete o público pôde visualizar a região e compará-la antes e depois da ocupação humana, da urbanização, já que a maquete mostra através de retirada de peças os 500 anos de transformações da região.

www.ecoadventur.com.br

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

25/01/06 - Proteção SIM, tiros NÃO. Esta foi a frase da passeata-protesto estampada em cartazes e camisetas do movimento, organizado pelas ONGs ambientalistas do Litoral Norte, que repudia os exercícios de tiros realizados pela Marinha brasileira no Arquipélago dos Alcatrazes.



A passeata, que aconteceu no sábado (21/01) em São Sebastião, teve o intuito de mobilizar a população e divulgar o que vem acontecendo no Arquipélago.

Situado a aproximadamente 45 kms do Porto de São Sebastião, é formado pela Ilha Principal, denominada Ilha dos Alcatrazes e pelas ilhas da Sapata, do Paredão, do Porto ou do Farol e do Sul, além de 4 outras ilhotas não denominadas. A Ilha Principal possui cerca de 196 hectares e há um índice extraordinário de biodiversidade, se comparado ao continente.

A Marinha do Brasil realizou em novembro de 2004 um de seus bombardeios de rotina, provocando um incêndio devastador que durou cerca de 4 dias e consumiu 1/3 da vegetação da Ilha principal matando vários animais.

Após o ocorrido, o IBAMA decidiu embargar os exercícios de tiro no início de 2005. Entretanto, em dezembro de 2005 o IBAMA retirou seu embargo e permitiu que a Marinha do Brasil voltasse a praticar seus exercícios de tiro contra alvos em Alcatrazes, situação que perdura até hoje.

No manifesto, estiveram presentes principalmente ambientalistas da região e pesquisadores. Segundo o biólogo do Instituto Florestal, Coordenador do Projeto Alcatrazes e membro da Sociedade de Defesa do Litoral Norte, Fausto Pires de Campos, “a riqueza ambiental do Arquipélago dos Alcatrazes se destaca em vários itens do litoral brasileiro e da América do Sul. É a 3ª forma insular do continente todo em termos de índice de biodiversidade, com seus organismos endêmicos raros e os que migram”.

“A Ilha é ameaçada se continuar esses exercícios de tiros, pois, a Marinha já destruiu 20 hectares de floresta de Mata Atlântica e, se há algo importante a ser preservado hoje, é a biodiversidade”, complementa o biólogo.

O pesquisador, Fausto Pires, ainda afirma que uma das contradições que a Marinha sofre é que ela comete 2 crimes, pois, a constituição brasileira protege a Mata Atlântica e a Marinha atira contra a Mata Atlântica. Qualquer cidadão brasileiro está proibido de mexer, mas a Marinha usa o seu poderio bélico para bombardear Alcatrazes e bombardear a Mata Atlântica.

“Além disso, a constituição deixa muito claro que toda atividade potencialmente degradadora tem que ser precedida de EIA – Estudo de Impacto Ambiental. A Marinha dá tiro em Alcatrazes sem licenciamento, ou é crime ou é cretinice ambiental”, finaliza o biólogo.

Um dos coordenadores do protesto, Eduardo Hipólito do Rego, diz que é

preciso manter a questão em evidência para que não caia no esquecimento, o que só dificulta a mobilização da população já que em sua grande maioria, turistas e a própria população do Litoral Norte não têm conhecimento da causa. “O maior ninhal do sudeste brasileiro está sendo alvo de tiros e destruição e as pessoas não sabem disso. A Marinha poderia treinar exercícios de tiros em outro local, não necessariamente num santuário ecológico”, afirma Eduardo.

“O Arquipélago está bem protegido perante a lei, o município e, à Marinha cabe fiscalizar contra aqueles que praticam a depreciação do meio ambiente, como passar rede de arrasto e caça submarina... Queremos que a Marinha seja nossa parceira e não inimigo mortal! Há também o IBAMA que até então estava do nosso lado, e o curioso dessa história é que o IBAMA é o órgão responsável pelo Arquipélago. Contudo, a idéia deste protesto é que não termine hoje e sim em Brasília, onde queremos levar um documento para autoridades, tentar mobilizar gente que pode decidir realmente para interrupção dos tiros em Alcatrazes”, finaliza Hipólito.

A Vale Verde também esteve presente na mobilização. A ONG levou, anteriormente, este protesto à Semana da Mata Atlântica, em Campos do Jordão em maio de 2005, onde foi encaminhada uma moção à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

A Vale Verde promove, desde dezembro de 2005, uma campanha virtual em repúdio a liberação dos exercícios de tiro no Arquipélago. O documento é encaminhado ao Presidente da República, à Ministra, ao IBAMA e ainda às prefeituras e vereadores do Litoral Norte. Na opinião do ambientalista André Miragaia é importante que tenhamos continuidade nesse movimento, “foi muito bom ver a mobilização das ONGs do Litoral Norte. Hoje conseguimos o apoio da imprensa regional, mas a luta ainda está no início, ainda temos que levar esse protesto à Brasília”, diz o ambientalista. Segundo Miragaia, é preciso somar esforços e conseguir apoio junto à sociedade para que os ambientalistas consigam chegar até Brasília. “Essa é uma luta antiga, muitas pessoas passaram por ela, inclusive membros do próprio Governo Federal como o João Paulo Capobianco, Secretário de biodiversidade do MMA”, afirma.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

14/02/06 - VALE VERDE RECEBE ESCRITÓRIO REGIONAL DAS RPPNs DO ESTADO. Parceria firmada entre a Vale Verde e a Frepesp (Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo) habilita a ONG Vale Verde de São José dos Campos a representar a Federação no Vale do Paraíba, Litoral Norte e Região Bragantina



VALE VERDE RECEBE ESCRITÓRIO REGIONAL DAS RPPNs DO ESTADO

Parceria firmada entre a Vale Verde e a Frepesp (Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo) habilita a ONG Vale Verde de São José dos Campos a representar a Federação no Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira, Litoral Norte e Região Bragantina (Cone Leste Paulista).

A função da Sub-Sede Regional da Frepesp no Cone Leste é analisar a potencialidade das propriedades, fornecendo a orientação necessária, desde o pedido de reconhecimento da área como RPPN, até a obtenção do título, elaboração e execução do plano de manejo.

A Vale Verde vem estruturando sua equipe técnica coordenada pela Engenheira Florestal Kelly Tonello, o Engenheiro Agrônomo Newton Pitombo e o Prof. Ademir Morelli, Ecólogo.

Workshop

No último dia 18 de fevereiro, a Vale Verde organizou um *workshop* sobre

RPPN com o Presidente da FREPESP João Rizzieri. O evento reuniu cerca de 20 profissionais de meio ambiente, estudantes, ambientalistas, entre outros.

No início das apresentações foram apresentados a história, importância e os benefícios. Durante o evento, Rizzieri falou sobre legislação, regularização de documentação, casos e situações ocorridas e algumas formas de solução.

Várias foram as dúvidas dos presentes sobre a atuação do IBAMA e dos órgãos ambientais nessas relações institucionais e ainda fez uma apresentação sobre a proposta de atuação da FREPESP na região.

Na região existem 13 RPPNs reconhecidas e segundo Rizzieri, a cada semana pelo menos um proprietário de terras tem procurado a FREPESP para buscar informações e formas de transformar áreas em RPPNs.

Mais informações pelo e-mail: rppn@valeverde.org.br

O QUE É UMA RPPN?

É uma categoria dentre as Unidades de Conservação da Natureza reconhecida através do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal 9.985/2000).

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural, também conhecidas pela sigla RPPN, recebem este título por possuírem uma ou mais das seguintes características:

- manutenção da biodiversidade;
- aspecto cênico e ou paisagístico;
- características ambientais que justifiquem ações de recuperação;
- estarem próximas a outras Unidades de Conservação (parques e reservas);
- ou que por outras razões, devam ser preservadas por sua relevante importância para proteção do patrimônio natural do país.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

24/04/06 - Via Norte e a vocação da “Cidade dos carros”. Obra levanta polêmica e ambientalistas pedem um EIA-RIMA mais aprofundado



A obra da Via Norte em S.J.Campos continua levantando polêmica. Para alguns ambientalistas o RAP (Relatório Ambiental Preliminar) foi muito fraco em dados e pela importância e envergadura da obra seria necessária a realização de um Estudo de Impactos Ambientais mais profundo (EIA-RIMA).

A obra divide até moradores da região que devem ser, caso aprovada a obra, remanejados do local. Segundo alguns moradores falta informação, orientação e incertezas sobre o futuro deles.

É uma obra que envolve divergências políticas e sociais, já que pelo lado político existe um ‘racha’ entre os partidos e pelo social o que envolve famílias e comerciantes que podem ter prejuízos caso o fluxo de carros seja desviado.

A Vale Verde esteve presente à audiência e se posicionou em favor de uma melhor análise dos impactos ambientais na ocupação de uma área de várzea como o banhado. Foi questionado também o privilégio que se tem dado ao transporte individual em detrimento do público. Caso o transporte público fosse eficiente haveria necessidade de construção dessa nova via?

Abaixo artigo escrito pelo Coordenador de Projetos da Vale Verde, André Miragaia, e publicado no Jornal ValeParaibano no dia da audiência pública – 10/02/2006

Contradições de um projeto imposto

Aconteceu em São José dos Campos, a Audiência Pública do RAP (Relatório Ambiental Preliminar) da Via Norte. De nossa parte temos a plena consciência das necessidades do município e o problema do trânsito na zona norte. Porém, é preciso lembrar sempre que essa urgência só se justifica pela nova vocação

imposta na cidade: privilegiar os automóveis e o transporte individual em detrimento dos transportes coletivos e alternativos, como as bicicletas.

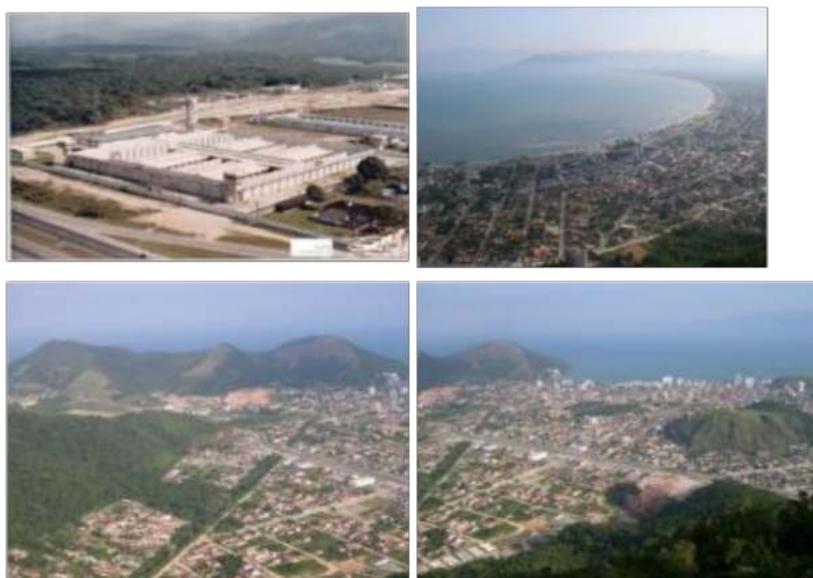
Chega a ser absurdo e antidemocrático que várias vias públicas em São José tenham sido construídas nos últimos anos sem ter ao menos calçadas para os pedestres. Isso sem contar as ciclovias, que são obrigatórias por lei desde 1992, e tem sido ignorada por todas as administrações. O anel viário é um exemplo clássico de mau planejamento e dessa tendência em privilegiar o transporte individual em detrimento do cidadão.

A Via Norte foi planejada entre quatro paredes, sem ao menos se discutir antes com a sociedade todas as alternativas de traçado. De nossa parte não estamos convencidos que essa é a melhor proposta. Não se justificam os argumentos da especulação imobiliária para tanto 'sigilo', como se dentro da própria administração pública essa também não fosse uma prática recorrente.

Como o trânsito vai fluir depois de transpor o Rio Paraíba do Sul rumo norte? Obras deste porte devem ser parte de um sistema de circulação onde possamos contemplar os diferentes modais de transporte, pois sem esta visão preliminar o debate fica prejudicado. Isto é preocupante quando vemos que esta mesma falta de visão já está comprometendo a marginal do Vidoca e outras vias na cidade. Outro contra-senso: vamos destruir o leito de uma ferrovia para a construção de uma nova via para os carros, é mais um exemplo das 'prioridades' da cidade.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

22/09/06 - CADEIÃO AMEAÇA “PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR” NO LITORAL NORTE PAULISTA. A recente polêmica envolvendo a construção do Centro de Detenção Provisória (CDP), em Caraguatatuba tem aberto muitas discussões e debates sobre a real vocação do Litoral Norte. Muitas entidades e ONGs da região tem protestado e circularam pela região abaixo-assinados de protesto contra o “cadeião”.



Cadeião ameaça “Parque Estadual da Serra do Mar” no Litoral Norte paulista

O Litoral Norte do Estado de São Paulo é uma região de conflitos no que diz respeito às zonas territoriais, em terra e mar. Agravantes desta condição estão no histórico da região quanto à falta de um planejamento de ocupação e conscientização. A ocupação territorial e crescimento populacional na região, o qual ocorreu de forma desordenada, densa e muito rapidamente, prejudicando os remanescentes de Mata Atlântica e também as condições de vida da população.

Área de forte interesse de crescimento econômico para o país, o Litoral Norte não pára de ser "presenteado" com obras como o corredor de exportação, ampliação do porto de São Sebastião, duplicação da Tamoios e construção de contornos nos municípios, alcoolduto, e a recente polêmica envolvendo a construção do Centro de Detenção Provisória (CDP), em Caraguatatuba. A região hoje tem problemas de superlotação da Cadeia Pública de São Sebastião, a única em funcionamento no Litoral Norte. A cadeia tem capacidade para 60 detentos, mas abriga 250 presos.

Uma obra controversa com a natureza da região e cheia de irregularidades ambientais. Em início, a lei orgânica do município proíbe a implantação do CDP e, para viabilizar a proposta o prefeito José Pereira de Aguiar (PSDB) revogou as duas leis em questão. A LOM (Lei Orgânica Municipal), elaborada em 90, proíbe a construção do CDP; o artigo 177 da LOM estabelece que "ficam proibidas as instalações de usinas nucleares, empresas de extração de minerais com uso de explosivos, estabelecimentos penais e indústria bélica e de agrotóxicos no município".

Segundo o advogado e presidente da ONG Olho Vivo de Caraguatatuba, Dr. João Lúcio Teixeira, existe discussão sobre a construção do presídio que não está ligada exatamente à questão legal – de poder ou não poder autorizar. "O IBAMA emitiu um relatório, com base no relatório – precário - que foi feito da obra e em lugar do EIA- RIMA, dizendo que o local onde estariam construindo esse presídio é um local de terreno alagadiço, o lençol freático está a menos de 40 cm da superfície, é um local baixo sem caída para lugar algum, portanto, de difícil condição para fazer saneamento, tendo então que se recorrer às fossas e, segundo o IBAMA, isso fatalmente irá contaminar o lençol freático".

O relatório do IBAMA serviu de suporte para a promotora Dr^a. Elaine Taborda, (promotora regional de Meio Ambiente do Litoral Norte) que, ingressou com uma ação para suspender a construção do CDP. A liminar foi concedida nesta ação – a ação ainda está em tramitação.

O presidente da ONG Olho Vivo, afirma que a discussão dos ambientalistas do litoral norte é que a obra seja feita onde o meio ambiente corra menos risco e, que, há municípios muito próximos do litoral, como é o caso de Paraibuna, que tem um território extenso, com muitas áreas altas e o lençol freático bem protegido. "O CDP não precisa ser feito necessariamente numa cidade turística", completa.

Ainda segundo o presidente da ONG Olho Vivo as políticas que se praticam no Litoral Norte são todas voltadas para enfeitar a cidade para o turista e não em preparar o morador local para viver em função das vantagens em que o turista pode trazer. Então, têm-se uma quantidade enorme de pessoas que vivem em função da temporada e o resto do ano sem trabalho. "Por isso, socialmente, essas cidades são mal estruturadas, e, São Sebastião e Caraguatatuba estão entre as 5 cidades mais violentas do Estado nos últimos anos, conclui o ambientalista.

Caraguatatuba é uma área próxima ao Parque Estadual da Serra do Mar, porção importante do bioma Mata Atlântica no Estado, há risco certo de contaminação do lençol freático, visto posto a ausência de um EIA-RIMA e, definitivamente, o município tem dificuldades com o uso do solo, são áreas muito úmidas.

Na opinião do Secretário de Meio Ambiente Auraci Mansano, “na legislação em momento algum se verifica a necessidade de um EIA-RIMA para um CDP e a questão da obra em si eu não vejo com muita preocupação, e sim, a grande preocupação que a secretaria tem é com a situação após a instalação do CDP”, afirma.

Segundo Auraci Mansano, a secretaria preocupa-se em que se cumpra rigorosamente o que a justiça diz; em abrigar o preso somente do litoral norte por no máximo 80 dias, caso contrário, é preocupante uma possível ocupação desordenada no entorno. E, para que isso não ocorra o Secretário reforça a necessidade de uma fiscalização 24h por dia com controle de entrada e saída a uma determinada distância do local, temendo caminhões para construção civil, por exemplo.

É certo que a questão social tem que ser resolvida, porém, sem trazer com ela outros e mais problemas, especificamente para Caraguá, que segundo o IBAMA o local onde está sendo construída a cadeia será grande o impacto ambiental e, por isso, algumas entidades ambientalistas da região como as ONGs Olho Vivo, Onda Verde, Ponto Azul e Vale Verde se uniram num abaixo assinado pela não construção da cadeia no litoral.

Histórico:

A construção do CDP foi suspensa 2 vezes este ano, em janeiro e em junho, no último, o embargo foi determinado pela Justiça que acolheu liminar em ação civil pública do Ministério Público por suspeitas de irregularidades ambientais.

Hoje a obra não está mais parada, pois a liminar foi derrubada no Tribunal da Justiça do Estado de São Paulo e a obra reiniciou. Então, o abaixo assinado visa a restabelecer esta liminar para paralisar a obra.

Para o ambientalista da ONG Vale Verde, André Miragaia, “muito embora tenhamos uma visão das necessidades da sociedade e que cada município deve dar sua parcela de contribuição para a construção dos CDPs, entendemos que a vocação do Litoral Norte não é essa, e o CDP planejado para o município de Caraguá visa atender a uma demanda muito maior que a

da própria região. Além disso, a região tem vários problemas ambientais, como contaminação do solo por esgotos e lixo e ainda vai acrescentar mais um problema "insolúvel" para agravar a situação. Sendo assim, a Vale Verde faz parte do grupo das entidades que promovem o Abaixo Assinado, e fazemos isso no sentido de chamarmos a atenção das autoridades para essa e todas as demais intervenções impactantes que serão feitas em Caraguá e no Litoral Norte" afirmou.

Segundo o presidente da ONG Onda Verde, Paulo André, a região já tem uma série de obras impactantes, e o CDP é construído em área próxima ao Parque Estadual da Serra do Mar, em terreno alagadiço e sem rede de água e esgoto, contrariando o Zoneamento Ecológico Econômico do município, o qual diz que aquela é "Z1", o que a considera uma zona de preservação.

Paulo André ainda afirma sobre a criação de uma lei estadual – em espera de aprovação – que proíbe a construção de CDP em estâncias balneárias e turísticas em todo o Estado de São Paulo.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

09/10/06 - VALE VERDE PARTICIPA DE EVENTO NA CETESB SOBRE ÁREAS CONTAMINADAS. Quando começa a se levantar um 'banco de dados' sobre áreas contaminadas – solo e águas subterrâneas – muitas exclamações, interrogações, indignações e negações são feitas, porém, há duas afirmativas incontestáveis quando se trata de áreas contaminadas.



Quando começa a se levantar um 'banco de dados' sobre áreas contaminadas – solo e águas subterrâneas – muitas exclamações, interrogações, indignações e negações são feitas, porém, há duas afirmativas incontestáveis quando se trata de áreas contaminadas.

A primeira afirmativa é que a contaminação do solo e águas subterrâneas são um problema real e que afeta a população, especialmente em áreas urbanas, e, a segunda, é o prejuízo sem igual que a sociedade leva em relação aos múltiplos usos do solo; para agricultura, residencial, industrial, lazer, (contaminação do) lençol freático que comprometem a qualidade de vida na cidade.

A gestão das áreas contaminadas tem caráter preventivo e, também, corretivo, porém, ainda hoje, a resolução deste problema é deficiente seja nos âmbitos nacional, estadual e municipal, assim como em todo mundo.

Certos desta realidade, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - realizaram no dia 09 de agosto de 2006 o “Seminário latino-americano sobre prevenção e controle da contaminação do solo e das águas subterrâneas”, com o objetivo de divulgar a Rede Latino-Americana prevenção e controle da contaminação do solo e das águas subterrâneas.

É comum órgãos ambientais e empresas terem dúvidas em relação aos problemas e soluções de áreas contaminadas, então, a proposta é que o portal da Rede divulgue dados, informações e estudos de caso sobre boas práticas

para auxiliar o público que busca informações.

Há ainda desafios, como o cumprimento dos instrumentos legais – resolução CONAMA (237/00 – remediação em postos de gasolina) e legislação ambiental 6938/81 que traz o princípio do poluidor-pagador, bem como, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos a ser aprovada, o “P+L” – política da produção mais limpa, quando as empresas têm que investir e implantar mecanismos de produção sem rejeitos e sem poluição. E, também, o preparo no combate a acidentes da defesa civil, órgãos federais, estaduais e municipais, como a sociedade civil.

A Cetesb disponibiliza na sua página na internet -

http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/solo_geral.asp - as áreas contaminadas do Estado de São Paulo, no qual há 1.664 - informadas oficialmente até hoje. A expectativa é de que esse número aumente, e muito, principalmente em função da obrigatoriedade de licenciamento ambiental pelos postos de combustíveis, que hoje representam 73% da lista de áreas contaminadas no Estado.

A contaminação dos solos pode ter muitas fontes. Uma delas é a agricultura pela aplicação de agrotóxicos. Felizmente os agrotóxicos atuais têm sido desenvolvidos com uma toxicidade menor, porém, caso, após uma aplicação ocorra chuva, o agrotóxico pode ser infiltrado até os lençóis subterrâneos de água. Uma região onde o problema é muito grave é a de Ribeirão Preto, onde há cultivo intensivo da monocultura da cana, e o restilo, que é o resíduo altamente poluente da destilação da garapa para produção de álcool, é lançado ao solo, para ser degradado e servir como fonte de nutrientes para a próxima safra. Essa região é a zona de recarga do Aquífero Guarani, que é a maior reserva de água doce subterrânea do mundo, estendendo-se pela região do Pantanal, São Paulo, Paraguai, Argentina e Uruguai. E a zona de recarga do aquífero é a região por onde as chuvas abastecem esse lençol, e, a contaminação do solo vai ficar armazenada no lençol subterrâneo, podendo contaminar pessoas a quilômetros de distância.

O engenheiro químico e conselheiro da ONG Vale Verde, Edson Fujita, declara que o mesmo acontece com lixões, que podem infiltrar para o solo o chorume, líquido altamente poluente proveniente da degradação da matéria orgânica do lixo e, ainda complementa que, "outra fonte importante de contaminação do solo é proveniente das atividades industriais e comerciais, como é o caso de vazamento de produtos, tais como gasolina em postos de combustíveis, lançamento intencional, ou não, de produtos tóxicos ao solo, etc."

Há também contaminação do solo pela mineração, ou pela remoção da cobertura vegetal de determinadas regiões, que expõem metais e sais metálicos, como do chumbo e do arsênio, os quais podem contaminar as águas e as pessoas que as consomem. No México há um estudo mostrando que crianças têm tido retardamento mental se expostas a teores muito elevados de flúor.

No Brasil, 79% da participação dos serviços de remediação de solos estão na região sudeste e, este número se justifica pela forte concentração de indústria nesta região.

A importância estratégica da Rede Latino-Americana é a compartilhar modelos de soluções empregados em determinado local e ser 'copiado' com suas adequações regionais, locais, em diferentes países da Rede. Outro fator para o sucesso da Rede é o trabalho em conjunto dos diversos atores da sociedade (governos, setor privado, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa) para avanços de resultados positivos.

De acordo com a proposta, à CETESB caberá assumir a responsabilidade pelo gerenciamento e manutenção da Rede, com apoio político-institucional do Ministério do Meio Ambiente - MMA e a assistência especializada da Agência Alemã de Cooperação Técnica – GTZ. A contaminação do solo e das águas subterrâneas representa para todos os países da América Latina um problema ambiental e econômico, principalmente nos grandes centros urbanos e nas áreas de uso intensivo de produção industrial ou de exploração de recursos naturais.

Por isso, a importância da criação da Rede Latino-Americana, lembrando, entre outros, que, no caso do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, há a preocupação em comum no que se refere à efetiva preservação do Aquífero Guarani.

Por fim, as investigações das áreas contaminadas, há um 'cardápio' a ser seguido – vide publicação Cetesb e GTZ, “ Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas” – porém, há ainda muita falha nesta sistemática, quando fases não são cumpridas, principalmente por questões financeiras. É preciso resolver este problema, e, a Rede entende que é necessária a investigação completa para garantir o caráter fidedigno da área, pois cada projeto de remediação é único levando em conta as diversas variáveis que caracterizam o solo.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

09/10/06 - FÓRUM DAS ONGS DE SJC PARTICIPA DE PROGRAMA DE RÁDIO. Em novembro de 2005, em São José dos Campos, ambientalistas reuniram-se com o intuito de criar um Fórum da sociedade civil organizada; um Fórum Permanente de Estudos, Debates e de Ação Articulada para defesa do meio ambiente. As entidades que enviaram representantes na ocasião foram: ONG Vale Verde, Grupo Consciência Ecológica, Instituto Cidadão Natureza, Camin, ONG Eco Sistema, Instituto Eco-Solidário, Asas – Monteiro Lobato



Em novembro de 2005, em São José dos Campos, ambientalistas reuniram-se com o intuito de criar um Fórum da sociedade civil organizada; um Fórum Permanente de Estudos, Debates e de Ação Articulada para defesa do meio ambiente. As entidades que enviaram representantes na ocasião foram: ONG Vale Verde, Grupo Consciência Ecológica, Instituto Cidadão Natureza, Camin, ONG Eco Sistema, Instituto Eco-Solidário, Asas – Monteiro Lobato.

O grupo ressaltou a importância da criação do Fórum e iniciou definindo prioridades imediatas e estratégias de ação. Assuntos importantes na agenda foram levantados e debatidos tais como: resíduos sólidos, transportes, recursos hídricos, áreas verdes, legislação ambiental, poluição, crescimento urbano entre outras.

Foi lembrada a situação socioambiental do município, onde "as agressões ao

meio ambiente são de tal forma graves, que exigia a união e articulação de todas as ONGs para, numa ação organizada, fazer avançar com mais eficiência as conquistas”, afirmou Dr. Fernando Delgado – representante do Grupo Consciência Ecológica.

Mais do que a discussão destes temas socioambientais, a união dos ambientalistas tem mostrado resultados positivos, como por ocasião da luta e resistência da sociedade contra a tentativa de licenciar a mineração de areia na várzea do Rio Paraíba do Sul em S.J.Campos, assim como a concretização da Secretaria do Meio Ambiente.

Os articuladores do Fórum, Jéferson Rocha da ONG Vale Verde e o Dr. Fernando Delgado do GCE, tem coordenado os trabalhos. Em junho de 2006, o Fórum foi convidado a participar do Programa Antônio Leite na Radio Planeta FM 90,3 e compor uma grade de programação todas as segundas-feiras a partir das 7 h da manhã.

Na opinião de Jéferson, "é uma oportunidade interessante pelo fato de poder ser abordado temas importantes, polêmicos e necessários, além do público ouvinte ser qualificado e desinformado sobre a atuação das ONGs" comentou.

O espaço para o Fórum é uma oportunidade e um do canal de comunicação atingindo grande parte público joseense, com temas dificilmente contemplados na mídia local. Uma grande vantagem é que a discussão neste programa conta com a participação de políticos e pessoas envolvidas diariamente com a temática ambiental.

Confira OS ASSUNTOS JÁ DEBATIDOS E a grade de programação:

- 17/07 - Queimadas nas Floretas e Zona Rural – Fernando Delgado
- 24/07 - Recursos Hidricos – Jéferson Rocha e Roberto Simão
- 31/07 - Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva – Fernando Delgado e Marcos Eco-Solidário
- 07/08 – Resíduos Sólidos da Construção Civil – Miragaia (Vale Verde) e Marcelo Guedes da AEA de SJC Campos;
- 14/08 – Situação das Nascentes em São Jose dos Campos – Fernando Delgado e Edmundo de Carvalho;
- 21/08 – Soluções e Dicas para Consumo Sustentável – Vera Assis

(Urbam) Felício (Urbam), Kiko (Dutrafer/Vale Verde) e Marcos (Instituto Eco-Solidário)

- 28/08 – Qualidade do Ar: Situação Geral – Paulete (INPE) e Miragaia (Vale Verde);
- 04/08 – Qualidade do Ar na saúde – Fernando Delgado (ICE) e Convidado (Dr. Boldrim)
- 11/09 – Agenda 21 Desenvolvimento Socioambiental – Demétrius (Eco Sistema) e Convidado.
- 18/09 – Recursos Hídricos – participante a definir
- 25/09 – Recursos Hídricos - participante a definir
- 27/09 – PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos (João Bosco Senra/ Secretario Nacional de Recursos Hídricos que estará em visita em São Jose dos Campos e Litoral Norte); Lincoln Delgado e Edílson do CEIVAP;
- 02/10 – Mineração de Areia;
- 09/10 – Recursos Hídricos – participante a definir;
- 16/10 – Recursos Hídricos – participante a definir;
- 23/10 – Ecoturismo - Demétrius ONG Eco Sistema

Onde: Planeta FM 90,3

Quando: Toda segunda- feira a partir das 7 h da manhã

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação ONG VALE VERDE

09/10/06 - AMBIENTALISTAS QUESTIONAM ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR. A prefeitura de São José dos Campos vem desenvolvendo o Plano Diretor - PD, instrumento maior para o planejamento urbano do Município, que deve ser revisado de 10 em 10 anos. São diretrizes a serem cumpridas para as próximas décadas tanto para a zona rural quanto para a urbana



A prefeitura de São José dos Campos vem desenvolvendo o Plano Diretor - PD, instrumento maior para o planejamento urbano do Município, que deve ser revisado de 10 em 10 anos. São diretrizes a serem cumpridas para as próximas décadas tanto para a zona rural quanto para a urbana.

O Estatuto da Cidade cita no artigo 2 inciso VII e em especial no artigo 40 parágrafo 2ª: "O Plano Diretor deverá englobar o território do município como um todo". Questões como a pressão da urbanização sobre a zona rural ou áreas de preservação permanente, os recursos hídricos, problemas da poluição causada pelo trânsito, entre outras são discutidas na fase de elaboração do Plano Diretor.

A Prefeitura Municipal deveria elaborá-lo de forma participativa, e dessa forma realizou 14 reuniões públicas para "ouvir" sugestões. Porém o Plano Diretor ficou longe de debates dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo - CMDU e do Conselho Municipal Meio Ambiente – COMAM, onde deveriam ser os

espaços legítimos para discussões participativas também com os setores e organizações da sociedade envolvidas com o tema.

Apenas uma reunião para apresentar o diagnóstico foi feita em fevereiro de 2006 e, em um segundo momento, foi colocado que seriam trazidas as propostas das reuniões de bairros e as das próprias secretarias da Prefeitura para o espaço dos conselhos.

A reunião do COMAM gerou insatisfação por parte dos ambientalistas pelo pouco tempo disponível para discussão das propostas formuladas para o PD comprometendo a participação de setores importantes nas discussões das propostas do plano.

Segundo o ambientalista André Miragaia da Vale Verde, "...É consenso no meio ambientalista que foi muito pouco tempo para se discutir as propostas que foram encaminhadas nas 14 reuniões, e o pior é que ninguém sabe qual foi o critério utilizado para incorporação ou descarte de alguma sugestão, simplesmente porque não houve esse debate". O ambientalista elogia alguns pontos da proposta do Plano Diretor como o plano de macrodrenagem, mas fez críticas ao formato das Audiências Públicas ocorridas, "...Para uma Audiência Pública a Prefeitura deveria apresentar a proposta de lei, aquela que vai ser encaminhada e votada na Câmara de vereadores, e não uma "carta de intenções" como o que foi apresentado." afirmou.

Abrangendo tema nas diversas áreas de atuação do poder público municipal, o plano exige um debate amplo e participativo. O momento deve valorizar o desenvolvimento urbano aliados à qualidade de vida de São José, pois, as diretrizes definidas serão fundamentais para o futuro do município.

Porém, percebe-se no andamento do processo de construção do plano, a falta de compromisso com a "construção participativa".

Para a professora da UNIVAP, Sandra Costa, geógrafa, e Conselheira da ONG Vale Verde, que vem acompanhando as discussões, "o grande problema é um Plano Diretor que se pressupõe participativo, pois, ignorar esta premissa é não discutir com o conjunto da população o seu município", afirma.

Analisando pontos fortes e fracos do plano diretor, a opinião do arquiteto e urbanista Flávio Mourão, e Conselheiro da ONG Vale Verde diz que "O ponto positivo do plano diretor é que em relação a algumas questões ambientais apresentadas há um

resgate e um avanço razoável de uma série de salvaguardas que já existiam, como as margens de rios e córregos. Ficam a desejar as questões como habitação, transporte e saúde colocadas genericamente as quais afetam significativamente o ambiente urbano.”

“A proposta da área de transporte está muito genérica e atinge muitas vias novas a serem construídas, e mesmo com a apresentação de um plano de malha cicloviária fica difícil uma avaliação pela superficialidade do estudo, pode futuramente acontecer que não contemple nem as necessidades de circulação viárias nem os ciclistas”, exemplifica o arquiteto.

Outro ponto lembrado por Mourão é o cuidado que a prefeitura tem que ter com suas ações em relação à lei orgânica do município, pois, muitas vezes a própria prefeitura não cumpre a lei e, com isso, desrespeita o cidadão joseense. No caso das ciclovias, que há a lei nº. 4319 desde 1992, e nunca foi cumprida pela administração pública e, no caso dos transeuntes a lei diz que toda calçada tem que ter 1,20m livre – garantido - para circulação. “No centro da cidade, por exemplo, a prefeitura avançou esta medida para a instalação de um parquímetro e, que também, em muitos pontos da cidade esta medida não vem sendo cumprida; há calçadas com vasos ornamentais, mesas de barzinhos e padarias no meio do caminho”, completa.

As questões ambientais são diretrizes e balizadoras para o bem estar da população e, em se tratando do plano diretor, serve para garantir o planejamento do ambiente urbano e rural com qualidade de vida.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação ONG VALE VERDE

10/10/06 - VALE VERDE PROMOVE 2º WORKSHOP SOBRE RESERVAS PARTICULARES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. O objetivo do encontro foi a apresentação dos resultados preliminares da pesquisa de caracterização da situação atual das RPPNs no Cone Leste Paulista, que abrange o Vale do Paraíba (paulista), Litoral Norte, Serra da Mantiqueira e a região de Bragança Paulista. Atualmente, estão reconhecidas nesta região, 13 RPPNs



A Vale Verde – Sub-sede Regional do Cone Leste Paulista da 'Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo' (FREPEESP) -, organizou no dia 30 de setembro o 2º Workshop sobre "Reservas Particulares do Patrimônio Natural" (RPPNs), com a presença dos dirigentes da FREPEESP, João Rizzieri, Dr. Flavio Ojidos e Alessandra Rizzieri; e de membros da Coordenação da Sub-sede, a Engenheira Florestal Kelly Tonello, o Agrônomo

Newton Pitombo e o Ecólogo Ademir Morelli, entre outros presentes.

O objetivo do encontro foi a apresentação dos resultados preliminares da pesquisa de caracterização da situação atual das RPPNs no Cone Leste Paulista, que abrange o Vale do Paraíba (paulista), Litoral Norte, Serra da Mantiqueira e a região de Bragança Paulista. Atualmente, estão reconhecidas nesta região, 13 RPPNs distribuídas em 11 municípios, com um total de 1.090,60 ha de área natural protegida.

O presidente da FREPESP, João Rizzieri, informou que o IBAMA, na semana anterior a este workshop, estava formulando uma nova Instrução Normativa (IN), específica para as RPPNs, na qual estará explicitado, passo a passo, os procedimentos necessários para o reconhecimento e plano de manejo de RPPNs. O programa é uma iniciativa institucional do IBAMA o qual beneficia as RPPNs amparando-as no SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) como, por exemplo, em suas ações, a conversão de multas do IBAMA para custear manutenções de RPPNs, o sistema de informação de RPPNs na internet e a IN que vai tratar minuciosamente como se administra uma RPPN. Para Rizzieri “estas foram conquistas deste ano”.

Segundo o Prof.º Ademir Morelli: “foi a apresentação dos primeiros resultados, coleta de dados e características das RPPNs da região e, que, o próximo passo é ir a campo confirmar os dados preliminares com os proprietários para oficializar os resultados e, também, produzir um relatório fotográfico com a finalidade de caracterizar parte das RPPNs do Cone Leste Paulista”, conclui.

Uma polêmica discutida no evento foi a relação das áreas da Reserva Legal (RL) e da RPPN. O advogado da “RPPN Rizzieri” e diretor de relações institucionais da FREPESP, Flávio Ojidos, esclarece que ambas são leis federais, a RL é regulada pelo Código Florestal e a RPPN pelo SNUC. Segundo o Código Florestal, o proprietário de área rural é obrigado a ter a RL, e é órgão ambiental quem determina onde será a área da reserva que pode variar de 20 a 80% (conforme região). E, a RPPN é um ato voluntário do proprietário e seu uso é mais restritivo, contemplando as atividades de educação ambiental, ecoturismo e pesquisa científica, enquanto a RL regulamenta também o uso agrícola – modelos de produção estão em discussão.

Ojidos afirma que “uma reserva pode ser tanto RL como RPPN e a vantagem para o proprietário rural que deseja reconhecer sua área como RPPN, primeiramente, deve regulamentar a RL e, após, escolher a área de RPPN, pois, assim ele tem a opção de exploração de uso da terra já que as RPPNs são mais restritivas”, complementa.

As RPPNs como importância ecológica são geradoras e protetoras dos serviços ambientais como quantidade, regularidade e qualidade das águas, proteção e abrigo da biodiversidade, conservação do solo, manutenção do microclima além da possibilidade de formação de corredores ecológicos com fragmentos próximos.

Para Kelly Tonello, integrante da coordenação da Sub-sede FREPESP da ONG Vale Verde, “o proprietário de RPPN não tem nada a perder, pelo contrário, estará garantindo o maior tesouro da sua propriedade. Principalmente nos dias atuais, onde muitas vezes verificamos o descaso com o meio ambiente por parte da população. E atenção deve ser dispensada por todos, pois como já dizia Chateau-briand: “a floresta precede os povos e o deserto os segue””.

Finalmente, Jéferson Rocha da ONG Vale Verde que promoveu o workshop declara em nome da ONG que “acreditamos que nesta oportunidade ao apresentarmos um relato das RPPNs de nossa região e a situação atual das mesmas - elaborada pela equipe Sub-Sede FREPESP - possamos compreender melhor a urgência em investimentos neste setor para fortalecimento institucional da Sub-Sede FREPESP e das próprias RPPNs”.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

16/11/06 - VISITA DO SECRETARIO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE. O Instituto Águas do Prata (IAP) como titular da Comissão Executiva Regional do Atlântico Sudeste (CER) e a ONG Vale Verde, com atuação no Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista, se uniram para organização do evento que recebeu o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra



VISITA DO SECRETARIO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

O Secretário Nacional de Recursos Hídricos visitou o Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista no dia 27 de setembro. O Secretário fez apresentações sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH – em Jacareí e Caraguatatuba.

O Instituto Águas do Prata (IAP) como titular da Comissão Executiva Regional do Atlântico Sudeste (CER) e a ONG Vale Verde, com atuação no Vale do Paraíba e Litoral Norte paulista, se uniram para organização do evento que recebeu o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra.

Na região há três entidades (IAP, Vale Verde e Una nas Águas) que colaboraram com as informações e dados coletados para os Cadernos Regionais.

Vale Verde: O que o Sr. Considera como pontos positivos no PNRH?

João Bosco Senra: Os principais pontos positivos do PNRH foram a concepção do plano como um processo e não como um documento apenas. A metodologia adotada foi bem feliz, quando ela privilegiou a participação e o envolvimento dos setores de forma regional. Esse processo possibilitou o envolvimento de todos os setores na construção do Plano, na razão do Plano ter efetivamente se constituído num pacto nacional pelas águas e aprovado por unanimidade no CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O envolvimento dos setores é muito importante, pois, não trabalhamos para que o Plano vá para as gavetas, mas que efetivamente seja implementado. A metodologia que envolveu essa participação e o envolvimento é uma garantia de que o desafio maior, que é a sua implementação, possa ter bons resultados.

JACAREÍ

No evento de Jacareí, com a presença do Prefeito (e também presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul), Sr. Marco Aurélio, o Secretário abriu a palestra lembrando que o Brasil é o primeiro país do sul do continente a concluir seu planejamento estratégico de gestão de águas dentro do prazo estabelecido pela ONU, a qual tem como prioridade em suas Metas do Milênio reduzir à metade o número de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico

O Secretário Sr. João Bosco Senra coloca como ameaça para o país a conjugação de grande expansão das atividades econômicas e urbanas com um sistema de gestão ineficiente dos recursos hídricos, e, como oportunidade, o crescimento da consciência ambiental e percepção pelos atores da sociedade

a importância dos recursos hídricos enquanto elemento estruturante para a implementação das políticas públicas de desenvolvimento sustentável do país.

O Secretário considera o conjunto de macro-diretrizes do PNRH o mais importante, pois é o modelo de gerenciamento e monitoramento da implementação do plano, e, o Brasil é destaque mundial no contexto das águas, o mundo está de olho no processo de implementação do PNRH.

A Bacia do Rio Paraíba do Sul, conta Sr. Senra, foi a primeira bacia a ser implementada todos os instrumentos do PNRH, pois é uma das regiões prioritárias para a aplicação de recursos.

Para o Secretário Executivo do CBH-PS, Edílson de Paula, há 3 principais problemas para ser resolvidos na Bacia do Rio Paraíba do Sul. O primeiro é melhorar a qualidade das águas e, para Edílson, o tratamento de esgoto é obrigação do setor de saneamento; o segundo ponto é que com os recursos arrecadados pela cobrança do uso da água é prioritário o investimento de um amplo programa para recuperação de nascentes e matas ciliares envolvendo diversos setores da sociedade; e, o terceiro programa essencial, também com os recursos repassados da cobrança do uso da água para os comitês, é a educação. “Para que a sociedade force a discussão e pautar sobre a questão das águas como prioridades do estado e da União é preciso conscientização”, afirma Edílson.

CARAGUATATUBA

A palestra de apresentação do PNRH aconteceu no auditório Mário Covas, em Caraguatatuba, para políticos, formadores de opinião e alunos. Na ocasião, estiveram presentes/ compuseram a mesa junto ao Sr. João Bosco, o Secretário de Meio Ambiente do Município, Auracy Mansano, os ambientalistas Paulo André (ONG Onda Verde), Beto Francine (ONG Cunhambebe), Rose Atuati (ONG IAP) e Jéferson Rocha (ONG Vale Verde), como também Alexandre Nogueira (Unimódulo) e Rosa (CBH-LN).

Na abertura foi ressaltada a importância de ações conjuntas (terceiro setor, instituição de ensino e governo), ocasião em que, também, foi formalizada a parceria entre da Unimódulo Centro Universitário, ONG Vale Verde e Instituto Supereco visando o fortalecimento para o desenvolvimento socioambiental

local e valorização da cultura caiçara.

Os ambientalistas da região colocaram as questões (obras) que afetarão a região e a interferência da zona costeira e águas interiores e, o mediador da noite, Marcos Couto, advogado e presidente da ONG Ponto Azul, reforçou a importância da participação da sociedade civil para uma efetiva transformação da região e do nosso país.

No contexto da VII Semana Jurídica, de Meio Ambiente e Políticas Públicas, o Secretário João Bosco Senra inicia sua apresentação falando do histórico legislativo sobre a política das águas no Brasil, o qual teve início em 1917 e em 1934 foi aprovado o “Código das Águas”.

O Secretário fez uma comparação sobre a água doce do planeta: quando no total de 8 copos d’água 1 deles é o Brasil e, os outros 7, o resto do mundo. E, também, com as águas que chegam a Amazônia, temos 18% da água doce do mundo; isso implica em responsabilidade, atenção e principalmente participação da sociedade brasileira para a efetiva implementação do PNRH.

Falando em participação, o ambientalista Beto Francine coloca para o Secretário a questão da ajuda de custo para a sociedade civil, representantes da sociedade civil para que possam participar dos comitês de bacia, especificamente do CBH-LN, e, o Sr. João Bosco diz que isso seja conversado e negociado no repasse dos recursos da cobrança do uso da água para o(s) comitê(s).

O Litoral Norte paulista além de seus problemas e questões locais ‘sofre’ com a sazonalidade da região, a qual atende as necessidades de 1 milhão de pessoas e, em relação aos recursos hídricos há que se planejar com cuidado e responsabilidade, pois há a impressão de que chove demais no litoral, mas a geografia faz com que essa água não fique parada na região.

O PNRH NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Com o PNRH o Brasil foi dividido em 12 Regiões Hidrográficas, a qual a Bacia do Paraíba do Sul está localizada na Região Hidrográfica Atlântico Sudeste. É válido lembrar das diferenças das realidades de cada região hidrográfica como

a disponibilidade de água, a ocupação urbana, a industrialização e a densidade demográfica, por exemplo, o que faz com que cada caso tenha um cuidado no planejamento e tomada de decisões específicas.

É neste contexto que se insere a 'cobrança do uso da água', a qual a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul foi pioneira. Em 30 de março foi assinado o Decreto 50.667 que regulamenta dispositivos da Lei nº. 12.183/05, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do estado de São Paulo. Considerando um dos importantes instrumentos para a implantação da política estadual de recursos hídricos, o decreto visa reconhecer a água como bem público de valor econômico, dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar o uso racional e sustentável.

Segundo o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) a cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do sul teve início em março de 2003 e até agora arrecadou cerca de R\$ 18 milhões. E, os valores estão sendo repassados integralmente pela Agência Nacional de Águas (ANA) para aplicação em ações definidas pelo Comitê, visando à recuperação ambiental da região.

No ano passado, por exemplo, prefeituras e entidades da bacia do Rio Paraíba do Sul receberam cerca de R\$ 9,5 milhões que serão investidos, a maior parte, na instalação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto doméstico (fator de maior poluição do rio). Em São Paulo receberam recursos os municípios de São José dos Campos, Cachoeira Paulista, Guaratinguetá e Paraibuna. (Fonte: Boletim CBH-PS – Maio de 2006).

O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é um dos instrumentos estabelecidos pela Lei nº 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Para fundamentar e orientar a gestão das águas, o PNRH foi aprovado por unanimidade no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em 30 de

janeiro de 2006. Lançado em 3 de março. O Plano traz um conjunto de diretrizes, metas e programas para assegurar o uso racional da água no Brasil até 2020, e terá alguns dos seus tópicos revisados a cada quatro anos, de acordo com os planos plurianuais.

O processo de elaboração do PNRH foi coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA) em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e teve a participação de aproximadamente 7 mil pessoas. Participaram setores usuários, especialistas, organizações não governamentais, movimentos sociais, governos estaduais, municipais e federal, além de populações tradicionais e indígenas.

O Plano atende às Metas do Milênio e à proposta da Agenda da Cúpula de Joanesburgo (Rio + 10), quando a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou que os países construíssem seus planos de gestão integrada de recursos hídricos até 2005, com o objetivo de, até 2015, reduzir à metade o número de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico. O Brasil é o primeiro país do sul do continente a concluir seu planejamento estratégico de gestão de águas dentro do prazo estabelecido pela ONU.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

16/11/06 - SECRETÁRIO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS CONHECE O PROJETO "MAQUETE AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA". O Secretário teve uma boa impressão da Maquete, a qual acredita ser interessante e inovadora para a compreensão dos estudos das bacias hidrográficas com alunos e até mesmo adultos, pois, a ferramenta pedagógica possibilita o estudo dos aspectos físico, geográfico, histórico e ambiental da região do Vale do Paraíba



SECRETÁRIO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS CONHECE O PROJETO "MAQUETE AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA"

Em setembro, a convite da Vale Verde e Instituto Águas do Prata (IAP) para apresentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, João Bosco Senra visitou o Vale do Paraíba, onde, em São José dos Campos esteve presente na sede da Vale Verde e conheceu o projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba".

A Maquete representa tridimensionalmente a porção paulista da Bacia do Paraíba do Sul; a bacia em sua porção total, representada ainda pela porção mineira e fluminense localiza-se na Região Hidrográfica Atlântico Sudeste, que compõe junto a outras 11 Regiões Hidrográficas do Brasil, o mapeamento hídrico para planejamento estratégico no contexto do Plano Nacional de Recursos Hídricos do país.

O Secretário teve uma boa impressão da Maquete, a qual acredita ser interessante e inovadora para a compreensão dos estudos das bacias hidrográficas com alunos e até mesmo adultos, pois, a ferramenta pedagógica

possibilita o estudo dos aspectos físico, geográfico, histórico e ambiental da região do Vale do Paraíba, mostrando onde nasce e como se forma o Rio Paraíba do Sul.

É válido lembrar que a Bacia do Rio Paraíba do Sul, conta Sr. Senra, foi a primeira bacia a ser implementada todos os instrumentos do PNRH, pois é uma das regiões prioritárias para a aplicação de recursos.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

16/11/06 - PARCERIA ENTRE ONG VALE VERDE, SUPERECO E UNIMÓDULO NO LITORAL NORTE. Em outubro de 2006, foi firmado o termo de parceria entre as 3 entidades (Unimódulo, ONG Vale Verde e ONG Supereco) para o desenvolvimento de projetos em conjunto e compartilhamento do espaço no Unimódulo



PARCERIA ENTRE ONG VALE VERDE, SUPERECO E UNIMÓDULO NO LITORAL NORTE

Em 2004, a Vale Verde realizou o projeto “Biodiversidade do Litoral Norte – o que você tem a ver com isso?” em parceria com o Centro Universitário Unimódulo e na ocasião, a ONG abriu um escritório de apoio em Caraguatatuba, nas dependências do Unimódulo.

Ao final do projeto, Vale Verde e Unimódulo entenderam por bem dar seqüência nessa parceria. Em 2006, o Instituto Supereco vem desenvolvendo trabalhos de educação ambiental e capacitação de professores com escolas do Litoral Norte, projeto “Planejando a nossa Paisagem – Programa de Educação Ambiental para o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar – Porção Litoral Norte de São Paulo” e, por coincidência com o mesmo órgão financiador do projeto da Vale Verde, o CEPF – Critical Ecosystem Partnership Fund).

A Vale Verde sabendo do projeto da Supereco, propôs a parceria em que a equipe da Supereco também usufrísse do escritório de apoio dentro do Unimódulo.

Em outubro de 2006, foi firmado o termo de parceria entre as 3 entidades (Unimódulo, ONG Vale Verde e ONG Supereco) para o desenvolvimento de projetos em conjunto e compartilhamento do espaço no Unimódulo.

Para o reitor Alexandre Nogueira do Centro Unimódulo, a parceria é interessante, pelo fato da faculdade poder ter os seus docentes e seus discentes em contato com entidades do 3º setor, e em contato com programas de educação ambiental, havendo, contudo, a possibilidade de desenvolvimento de novos projetos com a participação direta do Unimódulo.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

21/12/06 - ONG VALE VERDE PARTICIPA DO "ENCONTRO ÁGUA & FLORESTA" NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL. Em torno de 13 milhões de pessoas dependem das águas da Bacia Paraíba do Sul e a região tem uma área de 56.000 km² com apenas 13% de cobertura florestal. Vale lembrar que a floresta é essencial para manutenção da quantidade e da qualidade da água



Um encontro no qual o processo de gerenciamento dos recursos hídricos enfocou no mesmo debate os conceitos Água, Floresta e Educação Ambiental, ocorreu de 07 a 09 de novembro, em Taubaté. O "Encontro Água & Floresta – o estado da arte da educação ambiental" integra o conjunto de atividades da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo pelo Projeto de Recuperação de Matas Ciliares.

Tal projeto vem sendo implementado em cinco bacias hidrográficas: Aguapeí, Mogi-Guaçu, Paraíba do Sul, Piracicaba-Capivari-Jundiaí e Tietê-Jacaré. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul foi a primeira a receber o respectivo encontro voltado à educação ambiental. Gradativamente, as demais bacias também sediarão o encontro.

As propostas e dificuldades do projeto foram apresentadas na noite de abertura, dia 07, no auditório do departamento de arquitetura da UNITAU. Foram destacados os problemas de recuperação da mata ciliar em grande escala como ausência de conhecimento, engajamento e boa vontade dos proprietários de área rural, pois há grandes extensões de áreas ciliares sem vegetação nativa. E, junto a isso, custo elevado de tecnologias e metodologias de implantação da recuperação das áreas sem comprometer os processos ecológicos e, ainda, assoreamento/ represamento dos rios.

Estiveram presentes no evento educadores ambientais, professores, estudantes universitários, pesquisadores, gestores públicos, membros das entidades ambientalistas e representantes dos vários colegiados voltados à gestão ambiental participativa.

No primeiro dia de trabalho aconteceram, pela manhã, duas mesas redondas; uma tratou da “Educação Ambiental: contribuições para a gestão das águas e florestas” e, a segunda, da “Recuperação de áreas degradadas no Estado de São Paulo”. A ONG Vale Verde, que esteve presente na primeira mesa redonda, conversou com o biólogo especialista em Recursos Hídricos e técnico especializado em Conservação de Água Doce do WWF-Brasil, Ângelo Lima; ele foi um dos integrantes da mesa. Lima disse que, de fato, espera que se consiga no evento ampliar a importância do trabalho na integração água, floresta e uso do solo para a população como um todo. “Além do público presente que está participando do evento, isso pode ser replicado para a população para que ela entenda a importância desta integração: água, floresta e uso do solo”, diz.

Em torno de 13 milhões de pessoas dependem da águas da Bacia Paraíba do Sul e a região tem uma área de 56.000 km² com apenas 13% de cobertura florestal. Vale lembrar que a floresta é essencial para manutenção da quantidade e da qualidade da água.

Ângelo Lima faz um alerta aos usuários da bacia do Paraíba do Sul: “Se não se consegue que a população de maneira geral, os tomadores de decisão realmente entendam a importância desta relação e invistam de fato em recuperação de áreas degradadas, iremos continuar tendo problemas de abastecimento futuro e muito sérios. A Bacia do Paraíba do Sul, ano sim, ano

não vive momentos de riscos de abastecimento de água em função também do problema da falta de cobertura florestal e do mau uso do solo na área da bacia”, completa.

Lima coloca também que a participação do WWF-Brasil é para mostrar esta importância e, também, apresentar os trabalhos realizados não só na Bacia do Paraíba do Sul, como em outras regiões onde é trabalhada a integração água, floresta e uso do solo para que a população participe deste processo, pois se há um sistema da Política Nacional do Meio Ambiente que trabalha com um sistema de comando e controle, ele de fato ainda não deu resultados eficientes dos problemas ambientais do Brasil.

E hoje, a gestão de recursos hídricos - que possibilita a participação da sociedade através dos comitês de bacias - é preciso ser implementada porque se trata de uma gestão descentralizada e participativa. “E, possivelmente, é através dela que se descobrirá caminhos para também trabalhar água, floresta e uso do solo”, afirma.

No segundo e último dia do evento, pela manhã, foram discutidos os temas “Biodiversidade, mudanças climáticas e créditos de carbono” e “Gestão Integrada de Recursos Hídricos”. Este último abordou a importância da educação ambiental para o avanço dos trabalhos e resultados dentro e fora dos comitês de bacias e os investimentos prioritários para assegurarmos a qualidade e quantidade de água para a população da Bacia do Paraíba do Sul.

A discussão abordou também que o saneamento é primordial nos municípios da bacia e isso traz resultados mais rápidos. No entanto, investimentos na recuperação de áreas degradadas e florestas, as quais ajudam na infiltração da água no solo, são essenciais.

Hoje, pode-se dizer que há uma boa “perda” de parte da água que vem das chuvas porque ela não está infiltrando no solo e, então, não são mantidos os níveis dos rios. Com o asfaltamento das vias nas cidades e toda a urbanização e conseqüente conurbação – responsáveis por suprimir as áreas rurais que, por sua vez, já estão degradadas - a permeabilização do solo está comprometida.

OFICINAS E MINICURSOS - As tardes do evento eram de trabalhos como oficinas e minicursos de assuntos diversificados dentro da temática, como: Licenciamento Ambiental; Cidades Solares, Qualidade da Água e Reuso nas Indústrias, Educação Ambiental e Gestão Empresarial, APPs (Áreas de Preservação Permanente), Indicadores Ambientais entre outros.

E, também, houve a apresentação de cases, quando a ONG Vale Verde apresentou o projeto “Maquete Ambiental do Vale do Paraíba”. Inclusive, a maquete ficou na área de exposição dos trabalhos durante todo o evento.

Dentre uma das visitas recebidas pela Maquete, esteve o especialista em história e política ambiental, Prof.º José Augusto Pádua, que participou do encontro ministrando o minicurso “História Ecológica do Brasil: Conhecer o passado para transformar o futuro”. Na ocasião da visita, a Vale Verde conversou com Pádua que conheceu e apreciou muito o projeto Maquete pelo seu modo criativo e lúdico de contar a história ambiental da Bacia do Paraíba do Sul e todo o processo de supressão da Mata Atlântica. “O trabalho de apresentação da maquete é muito inovador. Eu nunca vi a história ecológica ser contada e apresentada didaticamente dessa forma”, declara o professor.

Sobre o evento, o Prof.º Pádua declara ainda: “Há qualidade da exposição dos painéis bem como a presença de pessoas que estão envolvidas com esta temática. Estou achando o evento muito importante por não trabalhar florestas e água separadamente, pois unindo os conceitos e trabalhando as relações do meio com ênfase na regionalidade da bacia é aproveitar a chance que temos no Brasil de construir um modelo de desenvolvimento diferente; partir da diversidade das microrregiões, pois, não dá para termos modelos abstratos para o conjunto do território, que é tão diverso cultural e ecologicamente que não faz sentido” afirma.

A coordenadora pedagógica da Vale Verde, Federica Giovanna Fochesato, que acompanhou todo o evento, declara que seja na parte de sensibilização dos docentes, seja na parte mais conceitual dos principais problemas que hoje assolam o planeta, a educação ambiental formal, sem dúvida, necessita disso tudo. Logo, o desafio é grande. “Durante o encontro, as oficinas se propuseram justamente um passeio por todo esse universo de desafios: enquanto algumas se voltaram a partes práticas do ensino abordando

inúmeras dinâmicas que podem ser aplicadas em sala de aula, outras enfocaram, por exemplo, temas polêmicos como o consumo sustentável", afirma.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação do Projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba - 500 Anos de Transformações" da ONG VALE VERDE

21/12/06 - ONG VALE VERDE PROMOVE EVENTO PARA DEBATER COM AS ESCOLAS MUNICIPAIS O PROJETO “MAQUETE AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA”. A proposta da mesa redonda foi discutir junto com a Secretaria Municipal de Educação e os professores estratégias para a perenidade do projeto na rede de ensino, além de promover a troca de experiências entre os professores



Em novembro, dia 14, docentes da rede municipal de ensino de São José dos Campos se reuniram para discutir o andamento do projeto “Maquete Ambiental” nas sete escolas onde ele está presente desde 2005. A mesa redonda, promovida pela Vale Verde, foi mediada pela coordenadora pedagógica do projeto, Federica Giovanna Fochesato. E, como representante da Secretaria Municipal de Educação esteve presente Márcio Catalani que acompanha desde o início todo o processo de implantação do projeto “Maquete” na rede municipal.

Foram convocados para a reunião professores diretamente envolvidos com a maquete, isto é, aqueles que além de conhecer o respectivo projeto, o aplicam em sala de aula junto aos seus alunos. A proposta da mesa redonda foi discutir em conjunto estratégias para a perenidade do projeto na rede de ensino, além de promover a troca de experiências entre os professores. Na ocasião, compareceram 14 docentes oriundos das seguintes escolas municipais: EMEF Antônio Palma Sobrinho, EMEF Geraldo de Almeida, EMEF Maria Amélia Wakamatsu, EMEF Sônia Maria Pereira da Silva, EMEF Waldemar Ramos, EMEF Elizabete de Paula Honorato, EMEF Palmyra Sant'Anna, EMEF Rosa Tomita e EMEI Maria Alice Pasquarelli.

Quanto as duas últimas citadas, cabe aqui ressaltar que tais escolas, diferentemente das demais, não possuem a maquete. Entretanto, tiveram acesso ao projeto por meio do esquema de “rodízio” recentemente criado pela Vale Verde – trata-se de uma maquete que circula entre as escolas que a solicitam. No caso, a Vale Verde se incumbem do acordo de oficialização do pedido junto às escolas municipais interessadas e do treinamento dos docentes que trabalharão com o projeto por um prazo pré-estabelecido. Já a Secretaria Municipal de Educação se responsabiliza pelo transporte da maquete.

BALANÇO - Durante a mesa redonda, todos os professores expuseram os aspectos positivos e negativos do projeto “Maquete”, bem como as formas de trabalho aplicadas junto aos alunos. Em geral, entre os pontos positivos destaca-se o fato da maquete ser atrativa aos estudantes (sejam do ciclo I ou do ciclo II do ensino fundamental) facilitando o processo de compreensão dos aspectos geográficos que caracterizam a bacia hidrográfica do Vale do Paraíba. Com relação às dificuldades, os docentes presentes foram unânimes ao apontar que a grande entrave para que mais professores das escolas envolvidas “abracem” o projeto “Maquete” e se envolvam com ele ao longo de todo o ano letivo é a grande sobrecarga exercida por outros inúmeros projetos em andamento. Ou seja, as escolas, anualmente, têm uma série de demandas a cumprir. Sendo assim, os muitos esforços têm seu foco mudado e inúmeras atividades passam a caminhar mais lentamente e com número reduzido de professores envolvidos.

Márcio Catalani reconhece a dificuldade apontada pelos docentes e disse que

a Secretaria Municipal de Educação vem criando estratégias para reverter a situação a fim de se focar as ações em projetos específicos. “É preciso haver prioridades para que não haja suspensão de determinados projetos que já estão em andamento. Isto é, muitos projetos - quando surgem de uma só vez - acabam comprometendo outros que já estão caminhando e de forma positiva”, disse Catalani. “E no caso da maquete é tudo muito diferente, pois não se trata de um projeto pontual. A maquete pode ser trabalhada ao longo do ano todo, desde que bem inserida no planejamento escolar. E, ainda, pode fazer parte de outros projetos ambientais das escolas. Ela é um instrumento, de fato, multidisciplinar que permite inúmeras formas de trabalho e desdobramentos para outros projetos”, acrescentou Catalani.

Durante a mesa redonda também foram apresentados pela Vale Verde alguns trabalhos desenvolvidas junto à maquete por outras escolas públicas de diferentes municípios do Vale do Paraíba – hoje, além de São José dos Campos, mais 7 municípios do Vale estão envolvidos com o projeto. São eles: Igaratá, Caçapava, Pindamonhangaba, Taubaté, Roseira, Aparecida e Guaratinguetá.

Para Federica Giovanna Fochesato, coordenadora pedagógica do projeto, mesa redonda possibilitou à Vale Verde obter um retorno conjunto do projeto do ponto de vista do próprio professor que é justamente a pessoa que está na sala de aula com os alunos. “O treinamento oficial aos docentes foi passado já há quase dois anos. Como agora estamos na fase de ampliação do projeto – a rede municipal ganhará mais maquetes em 2007 – é fundamental ouvir os depoimentos para que possamos continuar apostando naquilo que vem dando certo e recriar aquilo que não obteve sucesso”, afirmou Federica. “E nada melhor do que ouvir os próprios professores que ao longo desses dois anos, após o treinamento, levaram a maquete aos seus alunos”, completou a coordenadora pedagógica.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação do Projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba - 500 Anos de Transformações" da ONG VALE VERDE

21/12/06 - MMA INAUGURA FEIRA AMBIENTAL QUE INTEGRA A BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL: A FEIRA AMBIENTAL DA REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUDESTE. A Região localiza-se, em uma das mais complexas e desenvolvidas áreas do País, com grande potencial de conflitos pelo uso da água, pois ao mesmo tempo em que apresenta uma das maiores demandas hídricas nacionais, possui, também, uma das menores disponibilidades relativas



Ao som de Jongo, dança tradicional negra oriunda de senzalas do Vale do Paraíba, teve abertura a Feira Ambiental da Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste. A Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), com o apoio das Organizações Não-Governamentais Vale Verde e Instituto Águas do Prata, promoveu a Feira Ambiental da Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste no SEST/SENAT, no dia 04 de dezembro no município de Jacareí.

Durante as apresentações o Grupo de Jongo de Piquete tirou gentilmente o Secretário Nacional de Recursos Hídricos para dançar e, João Bosco Senra não fez feio não! Descontraiu ainda mais o público presente antes do lançamento do Caderno Regional.

Na oportunidade, o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra fez uma apresentação de lançamento dos cadernos regionais do PNRH - Plano Nacional de Recursos Hídricos, que trazem uma radiografia do potencial hídricos destinado a vários setores, o abastecimento urbano; o saneamento; indústria e turismo; agropecuária; geração de energia hidrelétrica; e transporte aquaviário, dentre outros. O Brasil é detentor de 12% das reservas de água doce do planeta e, vale destacar que a Bacia Amazônica é a maior do planeta.

A Feira Ambiental, que ocorre em todos os estados do País, tem por objetivo informar e sensibilizar a sociedade sobre a gestão das águas e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos. O evento é promovido pela SRH/MMA - Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o CFDD - Conselho de Direitos Difusos e as CERs - Comissões Executivas Regionais.

Segundo o Secretário, o uso sustentável da água é motivo de discussões nos âmbitos local, regional e nacional. "Procuramos estabelecer ações articuladas e integradas que garantam a manutenção de sua disponibilidade em condições adequadas para a presente e as futuras gerações", afirmou Senra.

João Bosco falou da importância da educação ambiental formal e citou o projeto Maquete Ambiental do Vale do Paraíba, da ONG Vale Verde, como exemplo inovador de um instrumento pedagógico para a compreensão de uma bacia hidrográfica e conscientização da sociedade para efetiva participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas, uma das metas para o sucesso do PNRH.

A mesa de abertura foi composta por:

- Jéferson Rocha da ONG Vale Verde, que lembrou da importância dos adolescentes presentes, que são os sucessores e um público importante no sucesso do gerenciamento dos recursos hídricos;

- João Clímaco, Presidente do Fórum Nacional da Sociedade civil nos Comitês de Bacias, interrogou como estarão as nascentes no futuro;
- Teresa Rosso, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e Coordenadora da Comissão Executiva Regional Atlântico Sudeste, que alertou para os cuidados nas ações no contexto da Bacia do Rio Paraíba do Sul, quando cada Estado – SP, RJ e MG – tem a sua responsabilidade pois, o Rio de Janeiro depende das interferências ao longo do rio Paraíba do Sul;
- Lupércio Zirolto Antônio, Coordenador do Fórum Nacional do Comitê de Bacias, que lembrou que além da água ser essencial à vida, depende dela o sucesso econômico e tecnológico da sociedade e, que o PNRH está na vanguarda com sua visão nacional de futuro e planejamento;
- Paul Edman, Gerente de Comunicação da Petrobras, que frisou que precisamos de água para fazer petróleo entre outros combustíveis;
- representando o Prefeito de Jacareí, Renan Caracci Alves, Secretário de Meio Ambiente que honrou o CEIVAP, primeiro órgão a implantar o instrumento - cobrança pelo uso da água – e sobre a importância de obras estruturais de saneamento para São Paulo;
- João Augusto Bronzatto, Gerente de Apoio à Formulação da Política do PNRH que destacou os usos múltiplos da água no Vale principalmente pelos setores de turismo, indústria, celulose e pecuária e, por fim, o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra.

REGIÃO HIDROGRÁFICA ATLÂNTICO SUDESTE - A base territorial do PNRH prevê 12 Regiões Hidrográficas, a Região Atlântico Sudeste é uma das 12. Foi feito um amplo projeto de diagnóstico que resulta no Caderno Regional Atlântico Sudeste, lançado na ocasião da Feira, o qual serviu como base para ser construído o Plano brasileiro de águas.

A Região Hidrográfica Atlântico Sudeste possui expressiva relevância nacional devido ao elevado contingente populacional e importância econômica, atrelados ao grande e diversificado parque industrial aqui instalado. A Região localiza-se, em uma das mais complexas e desenvolvidas

áreas do País, com grande potencial de conflitos pelo uso da água, pois ao mesmo tempo em que apresenta uma das maiores demandas hídricas nacionais, possui, também, uma das menores disponibilidades relativas.

Para o Gerente de Apoio à Formulação da Política do PNRH, José Augusto Bronzatto, o Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Sudeste traz muitas informações de aspectos como uso e ocupação do solo; evolução histórica; disponibilidade de água; demanda e entre outros. “Acredito que a sociedade tendo acesso a esse Caderno, de certa forma, ela passa a ter um apoderamento que, por meio dos dados disponibilizados no mesmo, possibilitam tratar melhor das suas ações, seus planos, suas reivindicações. Tratar, também, de fatores políticos, fatores sociais para promover uma conversa clara em relação àquilo que deve ser priorizado para o bem das águas da região” explica Bronzatto.

O PNRH - O Plano Nacional de Recursos Hídricos é um dos primeiros elaborados no mundo e, por esse motivo, servirá de base dos debates. O Plano foi aprovado em 30 de janeiro de 2006 por unanimidade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ele resulta de amplo pacto em torno do fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da gestão sustentável das águas; estabelece diretrizes e programas desenvolvidos a partir da participação de milhares de especialistas, usuários, representantes de órgãos públicos, da academia e de segmentos sociais organizados.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a construção do PNRH teve como alicerce uma base técnica consistente, criada a partir de cinco estudos denominados Cadernos Setoriais, e que analisam os principais setores usuários de recursos hídricos do País: saneamento; indústria e turismo; agropecuária; geração de energia hidrelétrica; e transporte aquaviário.

ATRAÇÕES – Estiveram em exposição ONGs da região, como a ONG Vale Verde com o projeto “Maquete Ambiental do Vale do Paraíba”, onde de forma tridimensional a maquete apresenta a porção paulista da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Alunos de Jacareí da “EEPSG João Cruz” que visitaram a feira ficaram encantados de poderem ver e imaginar parte da bacia da região, tema que haviam estudado recentemente segundo a prof.^a que os acompanhavam. A ONG Eco Sistema, Eco Solidário, Instituto Águas

do Prata (IAP), Fundação Cristiano Rosa e, também, a empresa Coppi Design Desenvolvimento Ltda. que expôs o banheiro ecológico.

Em desenvolvimento pela Coppi Design, o banheiro ecológico é um sistema de reuso de água cinzenta (que são as águas resultantes de lavagens e banho) para descarga de latrinas, pode-se economizar 1/3 de toda água. Para maiores informações: coppi.design@bol.com.br

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação do Projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba - 500 Anos de Transformações" da ONG VALE VERDE

21/12/06 - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA OBRA DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE GÁS DE

CARAGUATATUBA. O Litoral Norte é importante remanescente de Mata Atlântica do estado de São Paulo. Os megaprojetos previstos para os próximos cinco anos, tais como: a duplicação da Rodovia dos Tamoios, a ampliação do Porto de São Sebastião e a exploração do Campo de Mexilhão, mudarão radicalmente o perfil da região



Com audiências públicas nos municípios de Caraguatatuba, Paraibuna, São José dos Campos e Taubaté, está em processo de discussão para revisão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA – para as obras da Petrobras denominadas Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) e Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté.

De uma forma geral os megaprojetos previstos para a região, tais como: a duplicação da Rodovia dos Tamoios, a ampliação do Porto de São Sebastião e a exploração do Campo de Mexilhão, todos previstos para os próximos cinco anos, tem preocupado ambientalistas do Litoral Norte paulista e Vale do

Paraíba. São megaprojetos que mudarão radicalmente o perfil da região, importante remanescente de Mata Atlântica do estado de São Paulo.

A UTGCA localiza-se à 1 km do Parque Estadual da Serra do Mar, é sabido que a região tem vocação turística e níveis elevados de população flutuante durante a temporada de verão, sem ignorar também o elevado índice de crescimento populacional anual, um dos maiores do Brasil.

A discussão do EIA-RIMA vem gerando contrárias e diversificadas opiniões por parte da sociedade, grupos ambientalistas e moradores da região principalmente, no entanto, espera-se chegar a forma de implantação que menos impactos causará à natureza e às pessoas, tanto na fase de construção, quanto na fase de operação das instalações. Considerada de grande importância estratégica para a Petrobras e para o Brasil, a Bacia de Santos – onde localiza-se o Campo de Gás de Mexilhão que tem capacidade de produção estimada em 6 milhões de metros cúbicos por dia – contribuirá para consolidação do mercado de gás brasileiro a médio e longo prazos.

Isso quer dizer que a obra acontecerá e para o município de Caraguatatuba, na UTGCa serão realizados a separação e o tratamento do gás recebido da Plataforma de Mexilhão, obtendo-se como produtos p gás natural especificado, o GLP (gás de cozinha) e o condensado (gasolina natural).

Inicialmente há apresentação da obra pelo empreendedor (Petrobras), seguindo com a apresentação do EIA-RIMA pela Biodinâmica, contratada pela Petrobras e, após, a discussão com a sociedade presente.

A preocupação do público presente nas audiências públicas que aconteceram em Caraguatatuba, no dia 30 de outubro, e São José dos Campos, no dia 1º de novembro, quando a ONG Vale Verde esteve presente, foi sobre a emissão de gases e o conseqüente efeito na saúde humana e também sobre a biodiversidade, especificamente da Serra do Mar. Também foi destacado pontos como riscos de vazamento de gás, falta de especificações no EIA-RIMA em relação a abertura de vias de acesso à unidade e não informa como será feito o controle da fauna ameaçada pela implantação do gasoduto; não especifica como será feita a transferência do C5 (gasolina natural) da base até o Tebar (Terminal Marítimo Almirante Barroso), em São Sebastião; como será feita a indenização aos moradores afetados entre outros.

CARAGUATATUBA

Cerca de 1.000 pessoas compareceram à Audiência Pública sobre a UTGCa, a qual aconteceu no Teatro Mário Covas, em Caraguatatuba.

Alguns dos impactos negativos apresentados pela Biodinâmica, responsável pelo EIA-RIMA da obra, foram: alteração na rede de drenagem; início e/ ou aceleração nos processos erosivos; interferência com áreas de autorizações às zonas minerárias; alteração na qualidade do ar devido às emissões atmosféricas; pressão sobre os animais e vegetação; interferência no cotidiano da população local; aumento do tráfego de veículos, ruídos e poeiras; pressão sobre a infra-estrutura de serviços essenciais; interferência sobre o patrimônio arqueológico regional entre outros. E, alguns dos positivos foram: dinamização da economia local (hotéis e comércio) e a maior oferta de postos de trabalho.

Na ocasião da audiência pública a ONG Vale Verde conversou com a Promotora de Justiça Regional do Meio Ambiente do Litoral Norte, Dr^a. Elaine Taborda de Ávila e, também, com Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente CPLEA/SMA, Lúcia Sena.

Confira abaixo:

Vale Verde: Dr^a. Elaine qual a visão do MP sobre a UTGCA e os outros empreendimentos/ obras previstas p o Litoral Norte (LN)?

Dr^a. Elaine Taborda: É uma visão extremamente preocupada, pois numa audiência pública a apresentação da obra pelo empreendedor só falta sair flores, parece que é uma coisa perfeita que nada vai dar errado e que, inclusive os impactos negativos podem ser transformados em positivo. Sabemos que a realidade não é bem essa. Essas obras todas: gasoduto, duplicação da Tamoios, anel viário, aumento do Porto de São Sebastião vem para uma região completamente carente de infra-estrutura para suportar o que já existe hoje; conforme foi dito na audiência pública o LN é a região do Estado de SP que mais cresce em termos demográficos. A região está recebendo todo ano uma população cada vez maior e a infra-estrutura não acompanha esse crescimento. Não há coleta de esgoto, fornecimento de água, os aterros sanitários estão todos sendo encerrados porque não há área para isso.

Sem perder de vista o que sobrou de área no LN para ocupar é uma faixa absolutamente pequena. A Petrobras está se instalando na Serra do Mar hoje não é a toa, é porque é a única parte do LN com uma planície litorânea daquele tamanho que pode receber uma obra como essa. E, conhecendo os outros municípios, verá que não tem outra área para ser ocupada.

Acho que há uma inversão muito grande por parte do Estado que quer investir no LN norte querendo transformá-lo num grande pólo industrial, de transporte e portuário, quando, na verdade, não há estrutura para agüentar a realidade. Por exemplo, se houver um grande acidente em algumas destas obras, aqui não há UTI para socorrer as pessoas. Não é uma questão de ter uma visão caótica da realidade e sim, abrir os olhos para os problemas já existentes na região.

Vale Verde: Então, para o MP o ponto delicado da região é a falta e infraestrutura atual que se agravará com essas obras...?

Dr^a. Elaine Taborda: Sim, para o MP o ponto frágil é a falta de infra-estrutura da região, e, deixando a questão ambiental um pouco de lado, pois, as pessoas esquecem que o homem faz parte de uma teia de relações que serão interferidas para a sua qualidade de vida. Eu estou bastante preocupada e assustada pois não vejo contrapartida em relação à infra-estrutura para o Litoral Norte.

Vale Verde: E, sobre a discussão especificamente de hoje, sobre a UTGCA, qual a opinião do MP?

Dr^a. Elaine Taborda: Especificamente à obra do Gasoduto Taubaté – Caraguatatuba, o MP preocupa-se para relativização dos impactos negativos por parte da Petrobras. Em relação à fauna, por exemplo, o Estado de SP há um mês e meio atrás publicou que várias espécies da fauna ameaçadas de extinção vão ser atingidas por essa obra. Monitorar tão somente, monitoramos, está bem e daqui há um ano descobrimos que tal espécie não existe mais, e aí?

Algumas respostas mais objetivas para os nossos problemas mais prementes que não vão aparecer rapidamente e eu não vi isso na audiência pública. A obra do CDP está aí e todos sabemos que essas obras são necessárias, mas como precisamos fazer? Passando por cima de tudo, por cima de lei, não é assim que as coisas funcionam. É hora de ser cidadão e participar, o MP não

tem condições de resolver tudo sozinho, precisamos de todos para um avanço na melhora das questões relacionadas ao meio ambiente.

Lúcia Sena é Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente CPLEA/SMA.

Vale Verde: Qual a visão da Secretaria (SMA-SP) sobre a obra UTGCA discutida na audiência pública e outras obras previstas para o LN?

Lúcia Sena: Com relação à audiência pública e como coordenadora do zoneamento ecológico econômico creio que o EIA certamente, até pela manifestação das pessoas, não satisfaz ou não respondeu todas as perguntas que as pessoas e, que a população, de uma maneira geral, tem em relação aos efeitos, por exemplo, na saúde humana, como isso pode acarretar com o aumento de gases na atmosfera. Isto é preocupante e é importante que os estudos sejam aprofundados para que realmente haja a segurança em relação ao impacto que será gerado, não só nas pessoas, mas também na biodiversidade da região entre outros.

Vale Verde: A Secretaria prevê com o IBAMA, que é o órgão fiscalizador, uma parceria, um trabalho em conjunto nas fiscalizações da obra da UTGCA?

Lúcia Sena: Não há um trabalho neste sentido. A própria legislação define que a o licenciamento é concorrente em matéria ambiental e, como neste caso foi decidido pelo IBAMA que é uma obra que interfere não só no Estado de SP, mas também no Estado do RJ, o IBAMA locou este licenciamento. A parte que compete à Secretaria é como órgão ambiental colocar dentro do processo de licenciamento as preocupações da mesma, ou seja, o que consideramos adequados, como mitigação dos efeitos e como compensação por aqueles impactos que não sejam mitigados.

A obra é de responsabilidade do IBAMA e o Estado pode se manifestar, o IBAMA poderá acatar ou não aquilo que for a manifestação da Secretaria.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A audiência pública foi realizada no dia 01º de novembro no Teatro da Faculdade de Direito da Univap, e reuniu cerca de 200 pessoas.

O Instituto Florestal, órgão ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, e a Secretaria do Meio Ambiente de São José entregaram ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) uma proposta para a criação de uma unidade de conservação ambiental na Serra da Bocaina. O documento foi protocolado durante a audiência pública. (fonte: Valeparaibano)

Um dos questionamentos dos ambientalistas foi em relação ao impacto que a obra do gasoduto causará na área urbana do município e como a Petrobras irá negociar as indenizações com os proprietários dos terrenos cortados pelos dutos.

Em São José, na audiência pública a ONG Vale Verde conversou com a Engenheira Civil, Especialista em Geotecnia e Pesquisadora do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), Delma Vidal e, também, com o Engenheiro Agrônomo, Gestor Ambiental e Assistente Técnico do Ministério Público do Estado, Marcelo Manara.

Confira abaixo:

Vale Verde: Quais as suas considerações sobre a importância do estudo de solo em relação a área por onde o duto vai passar.

Delma Vidal: O problema da erodibilidade do solo e do carreamento de partículas do solo exposto, como por exemplo, durante a fase de obras. Isso pode ser controlado, pois, há tecnologia para tal. A Petrobras tem que reavaliar os procedimentos de manutenção da obra, pois os dutos da Petrobras são recobertos de grama com processo de infiltração modificados ao longo do tempo e isso é um fator também de geração de erosão com o tempo, e não só no período de obra. Contudo, são 2 focos diferentes; o primeiro é controlar o carreamento de partículas durante a obra e o outro é mudar o processo que vem sendo feito, o qual tem tendido a causar pontos de erosão ao longo do tempo de utilização da obra.

Vale Verde: Há áreas suscetíveis à erosão e, também, área potencial de risco para a população do entorno?

Delma Vidal: O problema da erosão pode vir a afetar em parte a população do entorno como assoreamento de lagos, pois, a fase de obras é muito crítica

quando um grande volume de particulados migram. Essa erosão que ocorre ao longo da vida útil da obra, há tempo da população avisar a Petrobras e exigir uma manutenção do impacto, mas o problema é que nem sempre essa erosão ocorre exatamente junto a obra. Então, a população, muitas vezes, tem dificuldade de identificar que aquele processo erosivo que está surgindo no pé do talude é pelo fato da obra que passa no topo do morro.

Vale Verde: De que maneira pode se precaver ou evitar que isso ocorra?

Delma Vidal: Seria providencial explicar essa possibilidade para a população do entorno, para que esta fique alerta quanto a esses casos e, então, contatar a Petrobras para que, por sua vez, tome as devidas providências.

Marcelo Manara é Engenheiro Agrônomo, Gestor Ambiental e Assistente Técnico do Ministério Público do Estado

Vale Verde: O que o MP está solicitando nos documentos que foram protocolados?

Manara: São mais de 60 críticas sugestões e apontamentos com relação as 2 obras. Foram protocolados em Caraguatatuba alguns comentários em relação à UTGCA.

As que mais chamam a atenção é a necessidade da avaliação ambiental estratégica que conforme a própria manifestação da carta de Caraguatatuba – que a Vale Verde Também participou – existe um conjunto de obras que vão determinar a existência de uma nova configuração para o LN. Então, a análise de um EIA de uma obra isolada não reflete com exatidão as transformações que a sociedade precisa discutir e que já estão ocorrendo na região.

Caraguá tem esse diferencial, pois, soma outros fatos importantes como o incremento do crescimento populacional que é um dado assustador, são 3.39% ao ano – um dos maiores do Brasil. A tendência deste conjunto de problemas é agravar uma região que não tem uma estrutura de saneamento básico mínimo, não tem aterro sanitário e, é este contexto que o MP enfatizou.

Além de questões pontuais, como por exemplo, o aterro da Base, o que este aterro resultará no incremento de risco a inundações no bairro do Tinga que está a jusante, que é uma questão que não foi observada, pois impermeabilizar

100 hectares onde absorvia, infiltrava, o que isso vai resultar em relação ao bairro a jusante que já sofre inundação.

Vale Verde: Quais as observações da obra no contexto de São José?

Manara: Em relação ao gasoduto, a ênfase maior é a preocupação quanto ao instrumento de negociação dos proprietários, isso me preocupa muito! A sociedade rural tem um perfil diferenciado, e já tem um histórico de conflito de grandes obras muito negativo, pois, só perderam com as grandes obras que se aproximaram deles. Temos como exemplo a represa da CESP, a mudança do eixo da Tamoios, então, o MP quer que seja contratada uma auditoria externa para acompanhar negociação por negociação.

PARAIBUNA

Para conferir a matéria sobre a Audiência Pública realizada em Paraibuna, dia 31 de outubro de 2006, click:

<http://www.valeverde.org.br/html/clipp2.php?id=6953&categoria=Mata%20Atlântica>

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

22/12/06 - AMBIENTALISTAS VISITAM USINA EXPERIMENTAL DE BIODIESEL NO PÓLO DE GUAMARÉ - RN. Diante a polêmica que tem sido levantada sobre a produção de biodiesel no País, os ambientalistas se preocupam com a introdução de mais uma monocultura extensiva e com a sustentabilidade desse agronegócio, tanto em relação aos problemas ambientais, como também em relação aos agricultores familiares





Diante a polêmica que tem sido levantada sobre a produção de biodiesel no País, os ambientalistas se preocupam com a introdução de mais uma monocultura extensiva e com a sustentabilidade desse agronegócio, tanto em relação aos problemas ambientais, como também em relação aos agricultores familiares diante da pressão pela produção em volumes de exportação concentrada nas mãos das grandes agrocorporações de soja e outras oleaginosas.

BIODIESEL – O biodiesel é uma denominação genérica para combustíveis derivados de oleaginosas, tais como a mamona, o dendê, o babaçu, a soja, o pinhão manso, o girassol e a palma, utilizados em caminhões e veículos utilitários e em geradores de energia elétrica. Ao que parece, não são poucas as vantagens dos combustíveis de origem vegetal: além de serem produzidos no próprio território e criar empregos na agricultura, emitem muito menos gases de efeito estufa do que os combustíveis de origem fóssil (carvão, petróleo e gás natural). Considerando toda sua cadeia produtiva, o biodiesel chega a emitir até 60% menos CO₂ na atmosfera.

A convite da Petrobras, um grupo de ambientalistas esteve no Pólo Industrial de Guamaré**, no Rio Grande do Norte nos dias 27 e 28 de novembro. O intuito foi conhecer as instalações da estatal para as energias renováveis, e promover a discussão sobre os empreendimentos e caminhos da energia no Brasil, na ocasião, especificamente sobre a produção de biodiesel.

O grupo, formado por: Jéferson Rocha, Relações Institucionais e André Miragaia, Coordenador de Projetos, ambos da ONG Vale Verde - SJCampo; Kláudio Cófani Nunes, da Coordenação Institucional da RMA (Rede de ONGs da Mata Atlântica) e Vice Presidente do Instituto Vidágua – Bauru; Paulo André, Arquiteto e Presidente da ONG Onda Verde, de Caraguatatuba; Márcio Maia Vilela, Físico e Pesquisador Associado do Instituto Vitae Civilis; Mayron Régis,

Jornalista e integrante do Fórum Carajás – São Luís/ Ma; Demetrius Alexandre de Carvalho, Administrador e Diretor Executivo da Eco Sistema – SJC Campos; e, também, acompanhado por Marcos Escada, Engenheiro Civil de Meio Ambiente da Revap – Petrobras, o grupo esteve na usina experimental de biodiesel, no Pólo de Guamaré, bem como conheceu os aerogeradores – para produção de energia elétrica – e, o CTGás, o Centro de Tecnologias do Gás, em Natal.

A oportunidade de diálogo com a Petrobras, levanta a questão da Responsabilidade Socioambiental da mesma, pois, a frente da 1ª refinaria de biodiesel do Brasil - ainda com produção experimental a base de mamona, - se insere num contexto cheio de expectativas socioambientais para o Brasil e o mundo, e, também, passa pelo terreno das incertezas e conflitos em relação aos caminhos escolhidos para a produção em grande escala para este biocombustível.

ENERGIA LIMPA 'VERSUS' MONOCULTURA! – O mundo entra em uma nova era no que diz respeito às fontes de energia. Os biocombustíveis são promessas de substituir os derivados do petróleo, mas, para que o consumidor final, de fato, use uma energia mais limpa, ou seja, menos poluente, o processo de produção precisa ser ambiental e socialmente justo. Afinal, a produção dos biocombustíveis começa no campo, onde serão cultivadas as plantas que, por sua vez, vão gerar a nova energia. (Fonte: GT Energia do FBOMS)

OPINIÕES - É com o conceito de sustentabilidade que o ambientalista Kláudio Cóffani observa e se preocupa. Para ele foi interessante conhecer uma usina experimental para produção de biodiesel, vendo que tal, dentro do modelo proposto, é auto-sustentável, pois, não gera resíduos, tudo o que ela produz, ela consome e se retroalimenta ou vende. “Isso é espetacular, pois quanto menos resíduo menos poluição. Quanto maior esse reuso maior a ecoeficiência o que favorece outras usinas modelo”, explica.

No entanto, a grande preocupação do ambientalista de Bauru é sobre a lei que trata do biodiesel que determina agora 2% de implantação do biodiesel dentro do óleo diesel – chamado B2 (2%), depois passará a B5 (5%) e depois B10 (10%). A lei se torna interessante porque não obriga, mas determina que quem vai fazer o biodiesel deve comprar obrigatoriamente o percentual da matéria-prima proveniente de atividade com o selo social – selo verde – que é

proveniente de atividades de agricultura familiar.

“Com isso o interesse do governo é fomentar e desenvolver a agricultura familiar em vários locais do país, pois, o biodiesel não se atém a uma espécie de planta, como é o caso do álcool em relação à cana-de-açúcar, o biodiesel vem das oleaginosas e temos cerca de 30 destas possíveis plantas no Brasil. A questão é que a mamona que é uma praga nacional, conseqüentemente, pode ser desenvolvida em todas as regiões pela agricultura familiar por ser fácil seu manejo e produzir em torno de 1 tonelada por hectare por ano de produção”, esclarece Cóffani.

CONFLITOS - A mamona que é uma alternativa socialmente boa e está sendo atropelada pelo 'lobby' da soja, pelo enorme poder dos produtores de soja que oferecem a soja como grande alternativa pela quantidade de produção que podem garantir.

Numa reportagem da Folha de São Paulo, de 19 de novembro de 2006, sob o título “Soja avança sobre o mercado do biodiesel” a discussão gira em torno dos produtores do grão que põem em ação estratégias para prescindir de benefícios fiscais e "atropelar" cooperativas.

Kláudio Cóffani alerta, “esse modelo é péssimo para o País, uma das principais usinas experimentais de produção de biodiesel que é a Brasil Ecodiesel situado em Floriano, interior do Piauí – deveria trabalhar com 70% de óleo de mamona vindo de agricultura familiar e, levantamentos divulgados mostram que ela está trabalhando com mais de 90% de óleo de soja e só 8% com óleo de mamona. A soja vai entrando nesse processo, vai atropelando a mamona, essa é a grande preocupação”.

O que não deve acontecer com a produção do biodiesel de agora em diante, é o que aconteceu a partir de 1975 com o Pró-álcool; quando podia ser uma alternativa socialmente distribuidora de rendas, de terras e de fomento da melhoria para a qualidade de vida rural e foi o fator de êxodo rural. “O biodiesel surge legalmente com esta pré-disposição, mas estamos num País onde os grandes grupos de poder deturpam qualquer lei e arranjam parceiros para ajudá-los a destruir qualquer coisa”, conclui Cóffani.

Segundo André Miragaia da ONG Vale Verde, é desejável que tenhamos uma

matriz energética mais limpa, renovável e que possa ser fonte geradora de renda com a criação de novos empregos no campo. Porém mais uma vez a preocupação do movimento ambientalista recai sobre os interesses das grandes agro-corporações. “Sabemos bem que o interesse das grandes agroindústrias é o lucro rápido pelo menor custo de produção, e isso os levará invariavelmente a investir pesado em modelos insustentáveis monoculturas extensivos”. A preocupação do ambientalista é que as novas monoculturas continuem avançando sobre as áreas de florestas e do Cerrado. “O Brasil é um triste exemplo de destruição de florestas pela sanha do lucro rápido e do descompromisso com a fiscalização”.

AGRICULTURA FAMILIAR - Para conscientizar e instruir os interesses dos agricultores familiares, o Fórum Carajás – www.forumcarajas.org.br - com sede em São Luís do Maranhão; trabalha desde 1993 – quando nasceu – em discussões de organizações do Maranhão, do Pará e do Tocantins e, atualmente é uma ONG. A preocupação do Fórum é que temas importantes para o Brasil como um todo, como a energia, hidrelétricas e monoculturas, cheguem às comunidades, à sociedade civil destes Estados, principalmente, para que possam discutir critérios sustentáveis de interferências e desenvolvimento.

Representado pelo jornalista Mayron, a presença do Fórum na visita ao Pólo de Guamaré, se traduz na preocupação com as fronteiras agrícolas e modos de produção da mamona na região com vistas ao Biodiesel. “Como qualquer projeto que se inicia as coisas ainda estão muito obscuras, sem muitas informações sobre a previsão da mamona não só no Rio Grande do Norte, mas também na região de atuação do Fórum, para então, dialogar sobre o futuro da agricultura familiar. Pois, esta atividade é uma forte realidade para muitas famílias que tiram seu sustento e sobrevivência da terra nestes Estados”, declara Mayron.

ALTERNATIVAS MAIS LIMPAS – Diante discussões aqui relatadas que permearam - também - recentemente a mídia pelo fato do Presidente Lula levantar como bandeira do crescimento e desenvolvimento do País o agronegócio com a produção de biodiesel, na visão crítica do Físico e ambientalista Márcio Vilela não acredita que o biodiesel de mamona seja a salvação energética a longo prazo.

Para Márcio, apesar de achar interessante conhecer a planta de biodiesel em Natal, ele não acredita na disponibilidade da mamona nesta região. “Pois, o óleo de mamona no mercado terá um preço muito maior do que o preço final do biodiesel. É uma aposta errada da Petrobras, mas isso não quer dizer que vá inviabilizar tal projeto porque a planta é ‘multi propose’ e isso significa que aceita qualquer tipo de grão para processamento e produção de biodiesel. A Petrobras precisava rever esse plano de usar a mamona, pois, não dá futuro nessa perspectiva”, atenta.

Vilela ainda coloca que em relação às energias renováveis, a Petrobras tem obrigação moral de investir em energia renovável, inclusive, em comparação com outras empresas de petróleo no mundo que estão deixando de ser empresa de petróleo e se tornando empresas de energia. “A energia renovável é a energia do futuro, porque, além das reservas não renováveis estarem sendo exauridas, tem-se também a perspectiva do aquecimento global causado, sobretudo, pela queima de combustíveis fósseis que liberam o CO₂, principal gás de efeito estufa, e, então, se não houver um freio nessas emissões, a vida na Terra fica inviável” completa.

AGRONEGÓCIO E BIOCOMBUSTÍVEIS: RECEIOS DE UMA MISTURA EXPLOSIVA – O Brasil deve procurar maneiras de atuar neste mercado sem repetir sua história de destruição social e ambiental. A energia limpa e renovável não deve ser produzida a partir de desmatamento e expulsão do agricultor familiar de suas terras para dar lugar a monoculturas em grandes propriedades.

A cana-de-açúcar, a soja e o eucalipto são, em geral, cultivados neste modelo. Por isso, necessitam de grande quantidade de produtos químicos, que contaminam rios, solos, lençóis freáticos, o ar e as pessoas que trabalham nas plantações e moram nos arredores destas. (Fonte: GT Energia do FBOMS).

O Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) e a Cooperação Técnica Alemã (GTZ) apóiam, desde o final do ano passado, o plantio de mamona para produção de biodiesel no Nordeste brasileiro. O objetivo do projeto, que faz parte do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), é oferecer uma nova fonte de renda a pequenos agricultores da região mais pobre do país.

Ao mesmo tempo em que, todos os empreendimentos que estão surgindo nessa área pretendem usar majoritariamente a soja para produzir o biodiesel. Só grandes grupos econômicos investem, e as poucas experiências com agricultura familiar e mamona começam a dar errado ou simplesmente não decolam, como constatou a Folha num assentamento no Piauí, um dos mais propagandeados pelo Planalto.

O grupo de ambientalistas passou também pelo CTGás – Centro de Tecnologias do Gás – o qual é um Consórcio entre SENAI e Petrobras, criado para cumprir papel decisivo no desenvolvimento sustentado no mercado do Gás Natural. O Centro atende as demandas da cadeia produtiva do gás natural através das atividades de pesquisa aplicada, assessoria técnica, informação tecnológica e educação profissional.

LITORAL NORTE PAULISTA - Os ambientalistas tiveram a oportunidade de conhecer os diversos laboratórios e preocupações do CTGás, porém, para o ambientalista Paulo André de Caraguatatuba que ficou atento com o tema, pois, será, em breve, implantada uma unidade de gás no Litoral Norte paulista.

Num paralelo com o Centro e a base em Caraguatatuba, Paulo André coloca que a visita foi proveitosa em relação às preocupações tecnológicas que a Petrobras tem, mas, muitas das informações que gostaria de ter sanado em relação aos problemas e conseqüências de uma unidade de gás em uma região, não foi possível esclarecer de maneira satisfatória.

Na opinião do ambientalista “as implicações ambientais que vem sendo discutidas há muito tempo sobre a implantação da base de gás no Litoral Norte, em Caraguá, têm sido atendidas e, o que não sabemos e infelizmente não ficamos sabendo são as conseqüências que podem causar na saúde da comunidade. Em relação às emissões atmosféricas ao longo do tempo há a impressão que nem a empresa tem obtido tais resultados para apresentar. Acredito que o viés tecnológico, a grande preocupação da Petrobras, que é a geração de energia tem sido bastante desenvolvido e, cabe às organizações ambientais fazer a parte de monitoramento que não estão sendo feitas pela empresa” afirma.

Paulo André reforça que é preciso continuar cobrando e exigindo para que tais precauções ambientais sejam feitas antes da ocorrência de acidentes ou

incidentes, como já aconteceram em Macaé-RJ, por exemplo, onde foi implantando uma unidade de gás sem um planejamento, sem um controle social. “Essa é nossa maior preocupação agora no Litoral Norte e, também, fortalecer os estudos ambientais para que as conseqüências não sejam piores do que imaginamos, já que estamos numa região extremamente frágil”, finaliza.

CULTURA E MEIO AMBIENTE – Além dos negócios: energia, tecnologia, crescimento e desenvolvimento, a Petrobras tem a atenção voltada também para ações em benefício de comunidades. Cultura local e conscientização sobre a preservação do meio ambiente fazem parte do “Porto de AMA”.

AMA, que é a deusa Neong-Ma protetora dos pescadores, a nossa senhora dos navegantes, é um projeto que incentiva a produção cultural e oferece alternativas profissionais à população de Macau-RN, promovendo peças, eventos artísticos e cursos.

Durante a visita, os convidados tiveram o prazer de conhecer o espaço do “Projeto Rancho”, o Centro Petrobras de Desenvolvimento Sustentável – que integra o AMA e tem patrocínio da Petrobras –. O Rancho tem o objetivo de educar crianças, jovens e adultos, capacitando-os para atividades que gerem trabalho e renda.

Os ambientalistas foram recepcionados com uma caracterizada peça teatral de Ariano Suassuna interpretada por jovens da comunidade de Macau e, após o evento, o grupo saboreou um almoço ao tempero típico da casa e, por fim, um delicioso sorvete de inhame! Tudo feito ali mesmo no Rancho!

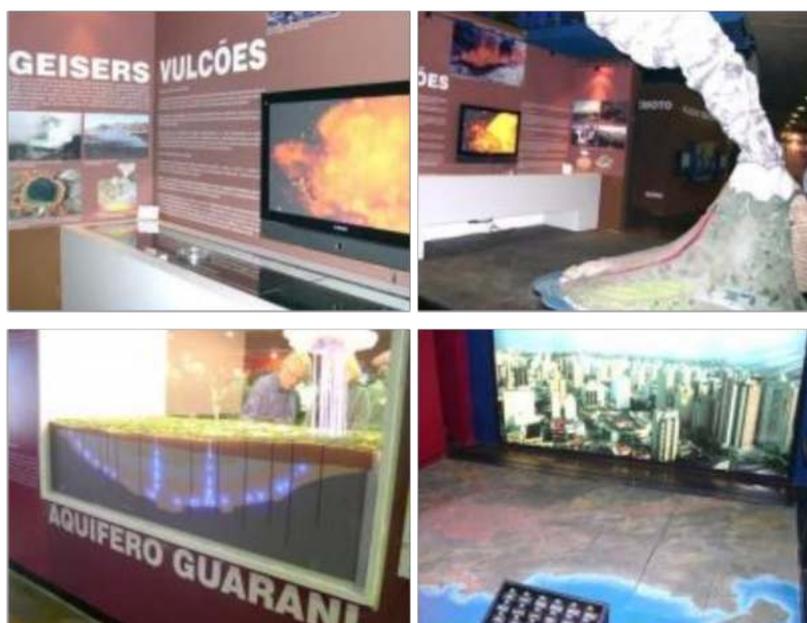
**** PÓLO INDUSTRIAL DE GUAMARÉ – RN**

Com início de atuação da Petrobras em 1973, localizado a 180 km a noroeste de Natal, O Pólo de Guamaré recebe todo o Petróleo e gás natural produzidos nos campos marítimos e terrestres da Bacia Potiguar. Nas instalações da unidade, são desenvolvidas as atividades de tratamento e processamento do petróleo e gás natural que serão transformados em produtos de consumo para o mercado. E, em 2005 inicia a operação da unidade experimental de biodiesel.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

30/01/07 - MAQUETE AMBIENTAL CHEGA A ESTAÇÃO CIÊNCIA DE SÃO PAULO. Em uma parceria firmada entre a Estação Ciência, da Universidade de São Paulo, e a ONG Vale Verde; o projeto “Maquete Ambiental do Vale do Paraíba” é a nova atração do museu de interatividade, a Estação Ciência. No dia 25 de janeiro a Estação Ciência inaugurou a exposição “O Planeta Terra e a Preservação Ambiental”, programa que integra o Ano Internacional do Planeta Terra





Em uma parceria firmada entre a Estação Ciência, da Universidade de São Paulo, e a ONG Vale Verde; o projeto “Maquete Ambiental do Vale do Paraíba” é a nova atração do museu de interatividade, a Estação Ciência. No dia 25 de janeiro a Estação Ciência inaugurou a exposição “O Planeta Terra e a Preservação Ambiental”, programa que integra o Ano Internacional do Planeta Terra.

A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o período de janeiro de 2007 a dezembro de 2009 o Ano Internacional do Planeta Terra. A primeira meta é assegurar o uso maior e mais efetivo pela sociedade do conhecimento acumulado sobre o planeta graças ao trabalho de mais de 400 mil pesquisadores das Ciências da Terra.

Entre as autoridades que prestigiaram a abertura do evento cabe destacar, o Sr. Eduardo de Mulder, presidente do Comitê de Gerenciamento do Ano Internacional do Planeta Terra, vindo da Inglaterra especialmente para o evento e Ildeu de Castro Moreira, diretor do departamento de popularização da ciência e tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia. A solenidade foi aberta pelo prof. Dr. Wilson Teixeira, geólogo e diretor da Estação Ciência, participaram dos discursos de abertura o prof. Dr. Sedi Hirano, pró-reitor de Cultura e Extensão da USP e José Aparecido Barbosa, da Petrobras, Coordenador de Comunicação Institucional Regional do Sudeste.

A Maquete Ambiental será incluída no acervo de atrativos educativos da

Estação Ciência da mais nova exposição na área de ciências da Terra. A “Maquete do Vale do Paraíba” retrata de modo tridimensional a história da transformação da paisagem da região, desde 1500 até os dias atuais. Com um diferencial do projeto desenvolvido pela Vale Verde, essa maquete, além de mostrar a retirada da Mata Atlântica, mostra as características geomorfológicas da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (porção paulista) e Litoral Norte paulista.

O primeiro contato da ONG Vale Verde e a Estação Ciência surgiu na Adventure Fair - feira de esportes radicais e ecoturismo que acontece anualmente na Bienal em São Paulo – quando o Professor Wilson Teixeira, coordenador da Estação Ciências, conheceu a “Maquete Ambiental do Vale do Paraíba” e, desde então, se consolidou uma parceria em que a Vale Verde foi a primeira ONG a desenvolver um trabalho com a Estação Ciência.

O projeto acrescentou o diferencial do estudo sobre a geomorfologia da região, o qual foi realizado pela Estação Ciência. Para o professor Wilson Teixeira, no momento em que se monta uma exposição sobre o Planeta mostrando como ele funciona, quais são os riscos que o Homem traz na ocupação do meio – as inundações, correções de rios etc. – a Estação Ciência está contribuindo para a formação crítica do cidadão. “A Estação Ciência prima por ser um museu de interatividade, que instiga as pessoas a tocarem e vivenciarem as experiências, e, isso é marcante na vida das pessoas, que, após verem a exposição, possam refletir sobre aquilo e se torne um guardião da natureza, atuando no presente e para as gerações futuras”, declara o professor.

Teixeira completa ainda que “nesta nova exposição temos a concepção de apresentar o que é o Planeta e, para, depois chegarmos à urbanização e, a Maquete Ambiental da ONG Vale Verde se insere na questão da urbanização que possibilita verificarmos como aconteceu a evolução da paisagem, desde a paisagem primitiva até a urbanização”, finaliza.

O acervo da Estação Ciência explora muito bem o recurso didático das “maquetes” para explicar os mais variados cenários (naturais ou antrópicos), como o processo de formação dos rios, das bacias hidrográficas, dos vulcões, das ondas do mar, do aquífero Guarani etc, que pelo dinamismo atrai os olhares dos estudantes.

Para maiores informações sobre a ONG Vale Verde e o projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba" acesse: [www.valeverde.org.br /](http://www.valeverde.org.br/)
http://www.valeverde.org.br/html/projeto_maquete/home.php

A Estação Ciência está localizada na rua Guaicurus, 1.394 em São Paulo. Para saber mais acesse: www.eciencia.usp.br.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação do Projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba - 500 Anos de Transformações" da ONG VALE VERDE

06/03/07 - AMBIENTALISTAS DO LITORAL NORTE PAULISTA RECEBEM VISITA DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. Tiros em Alcatrazes, Unidade de Tratamento de Gás em Caraguatatuba, lixão e contaminação no litoral norte, esgotos sem tratamento em córregos e mares, ampliação do porto de São Sebastião e ameaças ao Parque Estadual da Serra do Mar foram alguns dos “probleminhas”, de uma lista complexa, colocados pelos ambientalistas da região do LN para Xico Graziano



Tiros em Alcatrazes, Unidade de Tratamento de Gás em Caraguatatuba, lixão e contaminação no litoral norte, esgotos sem tratamento em córregos e mares, ampliação do porto de São Sebastião e ameaças ao Parque Estadual da Serra do Mar foram alguns dos “probleminhas”, de uma lista complexa, colocados pelos ambientalistas da região do Litoral Norte para Xico Graziano.

O novo Secretário Estadual de Meio Ambiente o engenheiro agrônomo, Francisco Graziano esteve em São Sebastião, para debater a situação ambiental do Litoral Norte. Reduto de remanescentes importantes da Mata Atlântica, o Litoral Norte, já vem sofrendo degradações junto aos seus ecossistemas pela falta de planejamento turístico, sua principal vocação atualmente.

Na Câmara Municipal, no dia 12 de janeiro, o Secretário recebeu um extenso documento relacionando as demandas ambientais e questões das grandes obras que impactarão social e ambientalmente a região. No debate, Graziano esteve acompanhado de um representante do Ministério Público local, o promotor Bruno Azevedo; e pelo secretário municipal de Meio Ambiente, Teo Balieiro.

Numa reunião lotada, o Secretário conversou com representantes das entidades ambientalistas presentes, quando, foram colocadas as seguintes questões:

- **Corredor de exportação** - abrange obras como ampliação do Porto de São Sebastião e duplicação da Rodovia dos Tamoios, tem cinco diferentes estudos de impacto ambiental (Eia-Rima) e os ambientalistas vêem a necessidade de passar pelo crivo de uma Avaliação Ambiental Estratégica. “Este estudo é fundamental para entendermos o que vai acontecer na região”, enfatiza o ambientalista Eduardo Hipólito do Rego, lembrando também do comprometimento de José Goldemberg na realização desta Avaliação Ambiental Estratégica.

- **Saneamento básico** - cuja situação emergencial é senso comum na região e foi colocada como agonizante por Hipólito, também presidente do Instituto Educa Brasil e um dos representantes do Litoral Norte no Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente);

- **Resíduos sólidos** - necessidade da reabertura do debate sobre o aterro regional;

- **Mata Atlântica** - para os parques estaduais, unidades de conservação que recobrem cerca de 85% do território do LN foi solicitada a implementação do plano de manejo do PESM – Parque Estadual da Serra do Mar e a

necessidade do ICMS ecológico;

- **Projeto Mexilhão da Petrobras** – a Rede de ONGs ambientalistas da região (Real Norte) – solicitou a realização de nova audiência pública. A obra prevê a implantação de uma base de gás e de dois gasodutos, um deles marítimo, que cortarão áreas de parque em Caraguatatuba e Ilhabela;

- **Fiscalização Integrada** - reforçada e ampliada; parceria que reúne Instituto Florestal, Polícia Ambiental e a Prefeitura de São Sebastião;

- **Lei de Gerenciamento Costeiro** - com as várias legislações que estão sendo elaboradas neste momento; o ambientalista Roberto Francine, de Ubatuba, presidente da Associação Cunhambebe de apoio ao PEIA- Parque Estadual de Ilha Anchieta, mostrou a necessidade de interfaces entre estas leis, em especial entre os Planos Diretores dos municípios, o Plano de Manejo do PESH e o Gerenciamento Costeiro;

- **Sucateamento dos órgãos ambientais** - para Francine os órgãos da Secretaria de Meio Ambiente (SMA), assim como os parques estaduais na região estão depauperados. Falta gente e infra-estrutura, a Polícia Ambiental não tem carro para atender suas ocorrências e a Cetesb tem dois técnicos para atender aos quatro municípios;

- **Avaliação Ambiental Estratégica** - necessidade deste estudo para as grandes obras previstas. Roberto Francine lembra da proposta do então secretário José Goldemberg de aumentar o ICMS ecológico de 0.5% para 1.5% para cada município que tem unidades de conservação em seu território;

- **Agenda 21 e Educação Ambiental** - Francine também pediu o apoio da SMA para os trabalhos da Agenda 21, que reforçam a questão da educação ambiental;

- **Alcatrazes** – na ocasião o (ainda) ambientalista da ONG Vale Verde, André Miragaia, cobrou uma posição da SMA na situação do Arquipélago de Alcatrazes, localizado a aproximadamente 45 kms do Porto de São Sebastião; com um índice extraordinário de biodiversidade, o maior ninhal de aves marinhas migratórias na costa do Sudeste Brasileiro sofre pressão e destruição pelos exercícios de tiros realizados pela Marinha brasileira. Miragaia cobrou do

Secretário que a Ilha de Alcatrazes seja incorporada a Estação Ecológica Tupinambás e imediata paralisação dos exercícios;

- **Sociedade Civil** - o representante da ONG Onda Verde de Caraguatatuba, o arquiteto Paulo André, questionou a falta de recursos financeiros para a participação da sociedade civil nos fóruns de discussão, o que dificulta a representatividade das regiões e discussão dos temas, especialmente no Consema;

- **Sazonalidade** - o ambientalista da Onda Verde também coloca a questão da temporada no Litoral Norte, período em que aumenta em até 4 vezes sua população e, pela deficiência na infra-estrutura, compromete a qualidade socioambiental da região, e, com isso, a questão levantada é que dos 21 comitês do Estado, o de menor repasse é para o Litoral Norte;

– **Verticalização em São Sebastião** - pauta do Plano Diretor, os ambientalistas e outros participantes do encontro também se posicionaram contrários à proposta.

Ao término das reivindicações e colocações dos ambientalistas, Xico Graziano, afirmou que foi possível ter um bom panorama sobre o que a sociedade da região quer: ações! E, para isto, o Secretário afirma o desejo de ser um gestor e promover reuniões objetivas e práticas na busca destas ações: marinha versus Alcatrazes; em relação aos parques, policiamento, fiscalização, melhorar a atuação da Sabesp etc. afirma ainda que “desenvolvimento que compromete o Meio Ambiente não é desenvolvimento” e lembra a necessidade da mudança de postura da sociedade. Vale lembrar também a necessidade da mudança de posturas e prioridades do governo.

Em relação à Avaliação Ambiental Estratégica conjunta para as obras previstas para o Litoral Norte, o Secretário, por fim, afirma que dará rumo aos investimentos para a região e que irá formar uma comissão para dar continuidade ao debate e fazer o encaminhamento das questões levantadas. Há que se esperar, o que já não pode mais ser esperado, para conferir quais rumos serão esses!

Pela experiência positiva do formato (diálogo) e proposta do encontro, o Secretário Francisco Graziano se reunirá também com os ambientalistas do

Vale do Paraíba para ouvir as demandas e anseios ambientais da região. A convite do Fórum de ONGs de São José dos Campos, a reunião acontecerá no dia 09 de março* na Câmara Municipal deste município.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação ONG VALE VERDE

06/03/07 - “PROJETO MAQUETE AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA – 500 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES” É AMPLIADO E GANHA MAIS 10 MAQUETES. Na rede municipal de ensino de S.J.Campos, além do ciclo II, o projeto de educação ambiental se estende aos professores do ciclo I para estimular a educação ambiental partindo-se do conhecimento e entendimentos da própria região







Com o intuito de estimular a educação ambiental dentro da rede pública de S.José dos Campos, partindo-se do conhecimento e entendimentos da própria região - o Vale do Paraíba -, a Vale Verde, no dia 06 de março, lançou oficialmente a ampliação do projeto “Maquete” na rede municipal de ensino.

Com a presença de 200 pessoas, entre docentes, diretores e orientadores pedagógicos, oriundos das 40 escolas municipais do ensino fundamental do município, foi realizado o “Workshop Maquete” e lançado o concurso “Por que a sua escola quer ter o projeto Maquete”? a fim de beneficiar mais 9 instituições municipais com o projeto.

Durante o Workshop, docentes de escolas municipais que já possuem a maquete expuseram ao público presente de que forma trabalharam com o projeto junto aos seus alunos. Tal iniciativa, além de revelar diferentes desdobramentos da maquete em sala de aula, serviu de estímulo às escolas para participar do concurso e, assim, concorrer ao ganho do projeto (maquete, kit didático completo e processo de formação dos docentes) neste ano letivo de 2007.

Diferentemente da versão inicial do projeto que direcionou a doação das maquetes exclusivamente à zona leste (região onde está situada a Revap / Petrobras – patrocinadora do projeto), dessa vez, a idéia do concurso é distribuir as novas maquetes em todas as regiões do município (zonas norte, sul, leste, oeste e centro). Logo, o concurso implica na redação de uma eficiente e criativa proposta de uso da maquete pela escola interessada, beneficiando alunos dos ciclos I e II.

A Vale Verde, junto à secretaria municipal de educação, selecionará as 9 melhores propostas até o dia 25 de março, dando início às doações do material e a todo processo de formação dos professores durante todo o mês de abril. No caso, o processo de formação prevê capacitação de 8 docentes de cada

escola, sendo 4 deles do ciclo I e mais 4 do ciclo II. Logo, serão mais 72 docentes interados do projeto “Maquete” e capazes de reproduzi-lo, principalmente, entre outros professores da escola na qual lecionam.

Há ainda uma 10ª maquete a ser doada à secretaria municipal de educação, também neste mês, que atenderá sob a forma de rodízio as escolas municipais do ensino infantil. Portanto, a extensão do projeto ao ensino infantil, bem como aos alunos do ciclo I do fundamental (antiga 1ª à 4ª série) são um reflexo das múltiplas possibilidades de uso da maquete dentro da escola. Pois, inicialmente, quando o projeto foi criado, em 2004, tinha como público alvo somente a formação de docentes do ciclo II (antiga 5ª à 8ª série).

“Sem dúvida, sejam os alunos menores, sejam os já adolescentes e até mesmo os adultos, todos certamente aprendem muito com as informações reveladas pela Maquete do Vale do Paraíba”, disse Federica G. Fochesato, coordenadora pedagógica do projeto em questão. “E a maquete enfatiza fortemente a idéia do ‘pensamento global e ação local’ uma vez que traz aos professores e alunos reflexões socioambientais sobre a bacia onde estamos inseridos, no caso a do Rio Paraíba do Sul. É preciso conhecer a nossa região para aprendermos a valorizá-la e, assim, partir para as mudanças de atitude e maior participação na sociedade”, completou Federica.

Para a pedagoga e Secretária Municipal de Educação do município, Maria América de A. Teixeira, a Secretaria está bastante satisfeita com esta fase de ampliação do projeto, porque se trata de algo extremamente exitoso e que atendia a um número pequeno de escolas. Logo, ela se alegra com a novidade da Maquete chegar aos alunos do ciclo I também. “Tenho certeza que o trabalho será tão bom como tem sido, desde o seu início, em 2005, com os professores. Hoje, a maquete já é uma realidade e esperamos também que cada escola, um dia, possa ter a sua maquete para trabalhar com professores e alunos”, finaliza a pedagoga.

UMA META DA VALE VERDE - Desde que o projeto “Maquete” foi levado à rede pública de ensino de S.J.Campos, em 2005, a ONG Vale Verde já tinha como objetivo a sua ampliação em S.J.Campos e até a sua implantação em outros municípios do Vale. Na ocasião, foram doadas 20 maquetes junto a todo o seu kit didático e processo de formação de professores – foram beneficiadas 7 escolas municipais e 13 escolas estaduais (zona leste de S.J.Campos).

Quanto aos docentes oficialmente treinados em 2005, foram 58 (rede estadual somada à municipal). Ainda no mesmo ano, ao longo do segundo semestre, o projeto "Maquete Ambiental" foi levado para mais 7 municípios do Vale: Igaratá, Caçapava, Pindamonhangaba, Taubaté, Roseira, Aparecida e Guaratinguetá. Porém, nestes, uma maquete foi doada às respectivas secretarias municipais de educação de cada um deles e, diferentemente de S.J.Campos, a maquete é um projeto itinerante que atende cerca de 5 escolas públicas em cada um dos municípios. Logo, mais 153 docentes passaram pela formação.

Ao longo do ano passado, a fim de "reciclar" o projeto nas escolas de S.J.Campos, a Vale Verde visitou algumas das escolas nas quais ele está presente e passou uma nova capacitação aos docentes. Nos encontros, entre docentes que já conheciam o projeto e outros que não (muitos do ciclo I), compareceram 100 professores. A reciclagem se deu também nos outros 7 municípios do Vale e o número de participantes foi de 144. Além da reciclagem, a Vale Verde, nestes municípios, ainda fez todo o monitoramento do projeto ao longo do 1º semestre de 2006.

O projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba" é patrocinado pela Petrobras e tem apoio do Inpe, Unitau, Univap, Dutrafer e Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos. E, nos demais municípios, conta com o apoio de suas respectivas secretarias municipais de educação também.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação do Projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba - 500 Anos de Transformações" da ONG VALE VERDE

Federica Giovanna Fochesato (Kika)

Coordenadora pedagógica do projeto MAQUETE AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA - ONG VALE VERDE

06/03/07 - AMBIENTALISTA MILITANTE DA ONG VALE VERDE É NOMEADO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DE S.J. CAMPOS. O Coordenador de Projetos da ONG Vale Verde, André Miragaia, foi nomeado no dia 06 de fevereiro de 2007, para secretariar a pasta de Meio Ambiente de São José dos Campos. André deixa a coordenação de projetos e inaugura uma nova etapa na luta pelo meio ambiente, agora no governo



O Coordenador de Projetos da ONG Vale Verde, André Miragaia, foi nomeado no dia 06 de fevereiro de 2007, para secretariar a pasta de Meio Ambiente de São José dos Campos. André deixa a coordenação de projetos e inaugura uma nova etapa na luta pelo meio ambiente, agora no governo.

O ambientalista, membro do grupo fundador da ONG Vale Verde há 19 anos, esteve à frente de campanhas como: Movimento Ciclovida (desde 2000); contra o Lixo Tóxico (2001); contra a extração de areia em S.J. Campos (2003); Cidade Amiga da Amazônia, em parceria com o Greenpeace (desde 2004) e; em defesa do Arquipélago de Alcatrazes, em relação aos exercícios de tiro da Marinha (2006).

Miragaia, junto a Vale Verde coordenou projetos de educação ambiental de abrangência regional em defesa da bacia do rio Paraíba do Sul, como o "PARAÍBA VIVO - Mergulhe nessa idéia" (1998); a produção do vídeo-documentário: "O Impacto da Ocupação Humana na Bacia do Rio Paraíba do Sul" (2000); e no convênio com a ANA – Agência Nacional de Águas, a Vale Verde coordenou o programa de cadastramento e apoio aos usuários dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul no Processo de Regulação dos Usos no Estado de São Paulo (2002).

Atualmente vinha coordenando o projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba – 500 Anos de Transformações" (2002-2006); no litoral norte paulista, o projeto "Biodiversidade do Litoral Norte - O que você tem a ver com isso?" (2004); "Meu Ambiente" – Programa de Educação Ambiental, realizado em 8 municípios da região do Vale do Paraíba e 3 da região Bragantina (2005).

Ainda junto à ONG, o atual Secretário participou da preparatória para a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+10 (2002), no Rio de Janeiro; da COP 8 MOP 3 (8ª Conferência sobre Diversidade Biológica da ONU, em Curitiba (2006). Representou a Vale Verde em fóruns de discussões como o COMAM – Conselho de Meio Ambiente Municipal; CONSEMA/SP - Conselho Estadual de Meio Ambiente – SMA; CBH-PS – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; Rede de ONGs do Litoral Norte; foi suplente da coordenação da região Sudeste da RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica.

André Miragaia deixa a coordenação da Vale Verde, mas segue com o desejo

de boa sorte da entidade que tenha muito sucesso na nova jornada, acreditando que uma boa atuação poderá trazer novas perspectivas para o meio ambiente no município.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

08/03/07 - CAVA DE AREIA ABERTA EM APP DO RIO PARAÍBA DO SUL É EMBARGADA APÓS DENÚNCIA. Em julho de 2006, técnicos e ambientalistas da Vale Verde sobrevoaram a várzea no município de Pindamonhangaba, quando “descobriram” atividade mineraria invadindo área de APP - Área de Preservação Permanente (está dentro dos 100 metros da várzea e, o que deveria ser a mata ciliar do rio Paraíba), e encaminharam denúncia à Polícia Ambiental





Na porção paulista do Vale do Paraíba, mais especificamente o trecho entre os municípios de Jacareí a Pindamonhangaba; a mineração de areia já gerou muita polêmica e ainda gera. Vale lembrar que apesar da lei que proíbe a extração de areia na várzea em São José dos Campos, a atividade foi realizada ilegalmente durante anos.

Em julho de 2006, técnicos e ambientalistas da Vale Verde sobrevoaram a várzea do município de Pindamonhangaba, procurando vestígios de um “suposto” plano de recuperação de área degradada, quando “descobriram” atividade mineraria dentro de uma área de APP - Área de Preservação Permanente (dentro dos 100 metros da várzea do rio Paraíba). Na ocasião a denúncia chegou até a Polícia Ambiental e DEPRN (Departamento estadual de proteção do recursos naturais-SMA).

De acordo com a responsável pelo Setor de Monitoramento Ambiental das Atividades Minerarias do DEPRN, a engenheira agrônoma Lílian M. Braga, o auto de infração ambiental foi elaborado em 12 de junho e, posteriormente, a área embargada. A engenheira Lílian afirma que a área vem sendo vigiada e atividade no porto está parada até o momento.

A assessoria de imprensa da ONG Vale Verde teve acesso a cópia dos ofícios enviados ao DEPRN e à CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, em que a empresa embargada, Líder Extração e Comércio de Minérios Ltda. Extratora de areia, instalada em Pindamonhangaba solicita regularidade “com eventuais pendências ou problemas relacionados ao meio ambiente que possam estar ocorrendo sobre a área”, e, verificações, “caso haja alguma irregularidade nas técnicas de plantio e diversidade”, conforme consta no ofício citado.

O núcleo responsável em averiguar a situação é a Polícia Ambiental, o DEPRN e a CETESB. E, conforme os procedimentos dos órgãos ambientais

responsáveis junto a legislação, a área da atividade mineradora em questão está irregular. A situação da empresa desrespeita a legislação ambiental quanto à atividade em APP, área em que a cava de areia se encontra a 70 metros do Rio Paraíba, verificou a Polícia Ambiental – que integra o Setor de Monitoramento Ambiental das Atividades Minerárias do DEPRN.

A empresa extratora de areia, Líder Extração e Comércio de Minérios Ltda. peca ainda por supressão vegetal (corte de floresta em decomposição); não cumprimento de aterro e plantio na área advertida, e, em outras áreas de extração, nas quais a exploração e recuperação devem ser concomitantes, a empresa deixou a desejar, afirma a Polícia Ambiental.

De acordo com o DEPRN, até o momento não foi realizado o plantio das mudas nativas, exigido pelo órgão. Vale lembrar que, ao lado da área irregular e degradada há um lindo fragmento de mata ciliar, e, segundo o proprietário vizinho da área, a extração de areia vem acontecendo durante a noite. A ONG Vale Verde irá continuar “de olho” por meio do monitoramento das imagens de satélite, em parceria com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Segundo relatório do INPE de 2005, são mais de 200 cavas na região do Vale do Paraíba, que não recebem os cuidados exigidos pelo órgão ambiental DEPRN para “recuperação”. Para ambientalistas da ONG Vale Verde, que acompanham a degradação das cavas de areia na região desde a década de 1980, em geral, a extração é realizada de forma predatória e sem um plano efetivo de recuperação das áreas degradadas. As cavas são abandonadas sujeita a acidentes e contaminações e um imenso passivo ambiental sem “ainda” proposta de uso posterior dessas áreas.

As irregularidades são muitas, vão desde a as invasões das APPs, que é considerado CRIME AMBIENTAL, até o precário processo de recomposição vegetal. Mineradores afirmam que na “medida do possível” cumprem com as determinações das leis e, também, negam a extração de areia em APP nas áreas arrendadas. É de senso comum que estas afirmações podem e DEVEM ser conferidas com a FISCALIZAÇÃO ininterrupta.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

20/03/07 - AMBIENTALISTAS DO VALE DO PARAÍBA DISCUTEM QUESTÕES DE MEIO AMBIENTE DA REGIÃO COM SECRETÁRIO DO ESTADO, XICO GRAZIANO. No dia 09 de março, organizado pelo Fórum de ONGs de São José dos Campos, representantes de cerca de 15 entidades do Vale do Paraíba reuniram-se com o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Francisco Graziano, na Câmara Municipal, que ouviu e conversou sobre as demandas e anseios ambientais da região



Problemas como a falta de planejamento urbano adequado, fiscalização e, até mesmo, a falta de educação e cultura são pontos que impactam e degradam o meio ambiente de forma geral no Brasil. É preciso dialogar em aberto com a sociedade para que vislumbrar mudanças e atitudes conjuntas para fortalecer e inovar soluções, políticas (públicas) e parcerias para o combate da deteriorização ambiental.

No dia 09 de março, organizado pelo Fórum de ONGs de São José dos Campos, representantes de cerca de 15 entidades do Vale do Paraíba reuniram-se com o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Francisco Graziano, na Câmara Municipal, que ouviu e conversou sobre as demandas e anseios ambientais da região. Além do Secretário Xico Graziano, também ocuparam a mesa o Secretário de Meio Ambiente de São José dos Campos, André Miragaia e, representando as ONGs do Vale do Paraíba, a ambientalista Ana Maria de Gouvêa (Teca).

O debate teve início com uma apresentação sobre a extração de areia na região, mostrando a degradação das mais de 200 cavas no Rio Paraíba do Sul, sendo que, algumas delas operadas ilegalmente. As cavas de areia abandonadas que se concentram entre Jacareí e Pindamonhangaba são um passivo ambiental sem proposta de uso futuro. A apresentação teve como objetivo sensibilizar o Secretário Graziano para o problema e denunciar desperdício desse recurso natural em todas as classes econômicas.

Seguindo com o debate, os ambientalistas presentes colocaram a situação e anseios ambientais do Vale **sobre a Bacia do Paraíba do Sul**, onde 14 milhões de pessoas dependem de suas águas:

- o controle da vazão do Rio Paraíba do Sul que precisa ser revisto;

- estratégias para os recursos hídricos – manter sua qualidade e quantidade;
- monocultura do eucalipto - que cobre grandes áreas, inclusive topos de morros e prejudica os corredores ecológicos, e, ainda, nos projetos de corredores ecológicos, incentivar programa de reabilitação dos animais silvestres do Vale do Paraíba;

- cobrança pelo uso da água: apesar de no Comitê da bacia RPS já se ter chego a um percentual para a cobrança da água, há uma disparidade no CEIVAP (Comitê para Integração da Bacia do Paraíba do Sul) entre Minas Gerais e Rio de Janeiro em relação a São Paulo que tem que ter efetiva e maior representatividade;

- necessidade do cuidado com as cabeceiras – nascentes – do RPS, pois há a incidência do turismo – ecoturismo – na região, habitação e outras construções que invadem áreas de nascentes, asfaltando e desrespeitando áreas de preservação no ambiente urbano;

- diminuição de rios e represas pelo fato da ocupação de nascentes;

- loteamento das várzeas, que, pela especulação imobiliária, vive-se hoje uma polêmica das definições do que é várzea e do que não é várzea;
- necessidade do cuidado também nas bacias dos rios Paraitinga e Paraibuna – principais formadores do RPS – e, seus municípios envolvidos;
- valorização e fomento das atividades da zona rural e sua população tradicional que está abandonada e sem produtividade;
- incentivo do ICMS Ecológico nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). É válido lembrar que o Estado de São Paulo é o último em RPPNs, por causa da burocracia – federal – espera-se que o decreto estadual seja mais estimulante.

No Ambiente Urbano:

- a questão da falta das ciclovias (o “esquecimento” de pedestres e ciclistas no ambiente urbano) e favorecimento para os automóveis;
- a polêmica construção da Via Norte e a preservação do Banhado, é possível levar adiante tal obra e o sério cumprimento na mitigação dos danos ambientais?;
- a necessidade de uma educação ambiental mais abrangente e o questionamento pelo não uso da mídia eletrônica para educar em massa sobre os temas ambientais, já que a televisão é um meio de fácil acesso a todos;
- passivo ambiental localizado no município de Caçapava – perigoso – acumulado em 45 mil toneladas de escória de chumbo, vale lembrar, que o município possa ser o mais degradado em relação às cavas de areia na várzea do RPS;
- a necessidade de um Zoneamento Ecológico Econômico para a região, como

também, para respeitar os limites de Áreas de Preservação Permanente (APP) – necessidade de preservação das florestas;

- a necessidade de se criar um instrumento maior que o EIA-RIMA, que abra a discussão para o interesse de conservação e preservação (na região, por exemplo, as áreas impactadas pela monocultura do eucalipto e pela extração em cavas de areia;

- em relação às Audiências Públicas, foi questionado sobre os resultados das mesmas, pois, não há o retorno do que foi resolvido nestas e não se sabe para onde vão os documentos entregues pela sociedade civil; não há o retorno do DAIA (Departamento de Avaliação Ambiental), o que acarreta no descrédito do instrumento “audiência pública”.

RECURSOS HÍDRICOS – O Secretário Graziano após ouvir a lista da situação ambiental da região, diz que está “aprendendo” os problemas do Vale do Paraíba e, para tanto, é necessário uma gestão ambiental para tais soluções, como citou na ocasião que, pretende fazer modificações no Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, que já está sendo reestruturado, inclusive para gerir os recursos novos do sistema de cobrança da água, cuja gestão está sendo transferida para a Nossa Caixa.

RIO PARAÍBA DO SUL - Xico Graziano coloca que é preciso melhorar a gestão das águas do Rio Paraíba do Sul, como foi pedido pelo grupo de ambientalistas, no encontro de um melhor diálogo e conversa com o Estado do Rio de Janeiro, que faz uso da água e pouco faz por ela, quando analisado sob o prisma da bacia. “Há que se reforçar o trabalho da Secretaria e ser mais rigorosos na proteção das nascentes do Paraíba”, afirma.

NASCENTES - Dar atenção para as nascentes – estudos de preservação por georreferenciamento – através de um dos 21 projetos estratégicos da Secretaria do Estado, no entanto, reforça que cada município tem e terá que fazer sua parte; incluir na grade escolar da educação ambiental na rede municipal de ensino.

Lembra também que é preciso transparência nas discussões e respeito pelo fato da diversidade de pontos de vistas e, que o governo, em geral, há que se

preparar para a sociedade atual que se organiza, conversa e cobra retorno e resultados das partes, inclusive, Xico Graziano pediu aos ambientalistas a cobrança pelos resultados.

VIA NORTE - Sobre o projeto de construção da Via Norte, o Secretário Graziano, além de exigir medidas adicionais de proteção à área verde, o secretário afirmou que a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) vai realizar um monitoramento rigoroso durante e após a conclusão das obras. Pediu ainda que se aprimore e fortaleça a vegetação ao lado da Via Norte, que faça mais do que a Secretaria de Transportes de São José dos Campos está pensando em fazer para impedir danos ao Banhado, inclusive uma ciclovia conforme verificado no projeto técnico. O Secretário de Estado do Meio Ambiente afirmou que vai cobrar da prefeitura Municipal mais garantias perenes para impedir danos ambientais à orla do Banhado.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL - Em sua fala, o Secretário coloca que há a necessidade de maior rigor no licenciamento e na renovação do licenciamento, e, também, na mitigação dos danos ambientais e nas compensações para estes danos. O licenciamento ambiental será todo modificado, sem tantos órgãos para licenciar.

“A Secretaria está montando um novo sistema ambiental no Estado, após alguns anos, e, nesse sistema, o licenciamento ambiental será unificado em uma só agência ambiental, que será a CETESB “turbinada”, aprimorada e preparada para estes novos desafios, cumprindo funções ambientais mais amplas do que apenas o controle da poluição, que é o que tradicionalmente a CETESB tem feito”, explica Xico Graziano.

EXTRAÇÃO DE AREIA - Ainda sobre o debate, o Secretário de Meio Ambiente do Estado, coloca que, em relação a areia, as mineradoras têm pouca responsabilidade ambiental, ou seja, tira-se a areia e depois seja o que Deus quiser e, que tal procedimento não irá continuar assim. “Segundo relatórios que pudemos observar, há algumas empresas de areia que fazem algum plantio, mas, há ainda muita gente que procede de maneira errada e, então há que ser mais firme nesta questão. Interessei-me pelo assunto e vou verificar a legislação que foi estabelecida pelo Planejamento desde 1999”, declara Graziano.

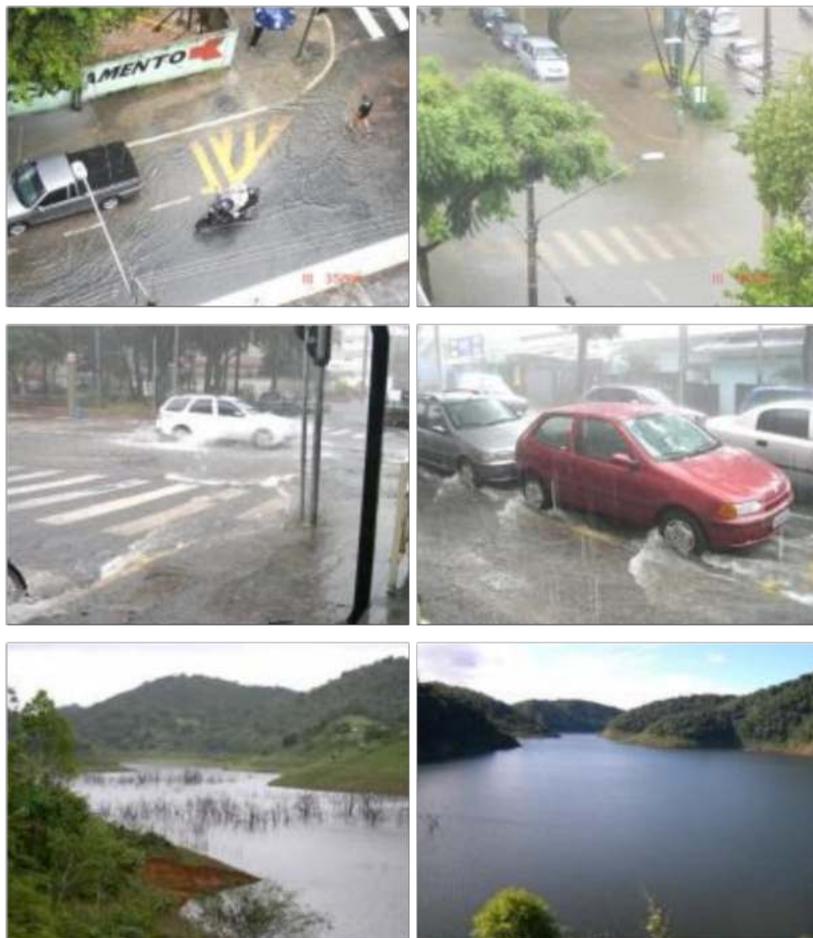
Para a assessoria de imprensa da ONG Vale Verde, Graziano declara ainda que ficou muito impressionado com a questão da extração de areia, pois como Secretário de Estado de Meio Ambiente, não conseguir normatizar, fiscalizar e licenciar corretamente uma atividade como esta, não adianta quer fazer outras coisas que ninguém acreditará, há que se ter uma sensibilização conjunta, inclusive das prefeituras. “Há um dado interessante que mostra que há desperdício de areia nas residências da utilização da população, e, a sugestão que a areia seja comercializada de forma embalada, como já é hoje em São Paulo em condomínios é um dos caminhos junto a muita conscientização ambiental e, ao mesmo tempo, fazer novos normativos para comercialização”, completa o Secretário.

MADEIRA LEGAL - A Secretaria de Meio Ambiente do Estado lembra também de outros casos, como o uso e comercialização da madeira – que compramos da Amazônia. “São Paulo consome 35% da madeira da Amazônia que é explorada, e, vem muita madeira de lei, peroba, por exemplo, que vira caibro, vira ripa para fazer telhado – é o fim da picada. Há madeiras próximas à região, como o eucalipto e o pinus que são madeiras plantadas para fazer ripagem de telhado” exemplifica.

O secretário Xico Graziano finaliza explicando também que, para os municípios que serão credenciados dentro do programa “Municípios Verdes” - e que terão auxílio do Estado do ponto de vista financeiro - terão que cumprir uma série de requisitos como, junto com a sua população local e construção civil local, normatizar o uso de madeira. Ou seja, só utilizar madeira com origem conhecida e estimular o uso de madeira vinda de florestas plantadas, como pinus e eucalipto.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

20/03/07 - PLANETA ÁGUA, PLANETA TERRA – O SER HUMANO E A CHUVA. Segundo os relatórios de estudos sobre as mudanças climáticas, uma das mudanças previstas e presentes é o aumento da intensidade das chuvas, pois, com o aumento do calor e maior evaporação das águas que formam as chuvas, estas acontecem e acontecerão de modo mais intenso, causando maiores estragos em ambientes mal planejados pelo **HOMEM** – seja pelo governo ou iniciativa privada



O Brasil, como é sabido, se não a maior, é uma das maiores reservas de água do Planeta Terra. Logo, aparentemente temos “motivos de sobra” para comemorar com entusiasmo o tradicional “22 de março” e, para quem mora na região Sudeste, o mês de março ainda canta as águas que “fecham o verão”.

Entretanto, cabe aqui uma reflexão - É para comemorar ou lamentar? Se olharmos a degradação das águas, em especial da Bacia do rio Paraíba do Sul,

tanto no que diz respeito à perda de cobertura florestal nas cabeceiras quanto o desperdício ocasionado pela agricultura, indústria e uso doméstico, a situação é alarmante.

E, quando pairam as secas, afinal, de quem é a culpa? Será que é da chuva que não vem? E, ao contrário disso: será que as enchentes que alagam muitas cidades têm como causa a tão abençoada chuva em “excesso”?

Segundo os relatórios de estudos sobre as mudanças climáticas, uma das mudanças previstas e presentes é o aumento da intensidade das chuvas, pois, com o aumento do calor e maior evaporação das águas que formam as chuvas, estas acontecem e acontecerão de modo mais intenso, causando maiores estragos em ambientes mal planejados pelo HOMEM – seja pelo governo ou iniciativa privada.

O foco sobre de quem é a “culpa” do problema das grandes enchentes nas cidades é pouco percebido pela população e, tampouco, abordado pela mídia, que poderia trazer matérias jornalísticas “investigativas”. Os problemas político, social, cultural, educacional e de desenvolvimento rondam o hall dos responsáveis no caótico cenário, principalmente das grandes cidades, quando vem a chuva. Há também os acidentes, mortos e desabrigados “por causa da chuva” e há ainda os acidentes corriqueiros como a falta de energia que põe em pane a vida do homem urbano.

Historicamente, aqui no Vale do Paraíba, tivemos os ciclos econômicos, como o café e a pecuária (gado leiteiro) que com o mau uso e exploração da terra, exauriram os solos favorecendo a erosão e parte da capacidade de percolar a água até os lençóis freáticos. Em seguida, chegou a industrialização e conseqüente urbanização que tende sempre ao crescimento.

O crescimento sem um planejamento faz com que ocupemos áreas de preservação ambiental, como matas de proteção para os rios (matas ciliares), morros e várzeas. Além disso, como se não bastasse a super pavimentação das áreas urbanas ocupadas - chamadas de manchas urbanas, inclusive fáceis de identificar numa imagem de satélite - estas cada vez mais avançam sobre a zona rural e também sob os limites de outros municípios, formando o fenômeno da “conurbação”.

Em outras palavras, ocupando, construindo e asfaltando, estamos impermeabilizando o solo. E a água por sua vez, obedece a lei da gravidade: irá correr, escorrer e procurar o ponto mais baixo que, geralmente, é o rio, que não suporta tanta água de uma vez e acaba transbordando. Somado a isso, a água ainda se depara com lixos e entulhos despejados dentro de córregos, ribeirões e rios.

No contexto de comemoração do Dia da Água todos lembram de sua importância para a vida, mas ainda assim, temos muito desperdício e mau uso deste recurso. A chuva que também faz parte do ciclo da água é vista nas cidades como vilã - vide como os meios de comunicação responsabilizam a chuva pelas tragédias urbanas, deixando ainda mais distante a percepção e responsabilidade da interação do homem com o meio.

O tempo de repensar, educar, refletir e se responsabilizar é agora. Os meios de comunicação ficaram sensibilizados com o “modismo” do Relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) e dedicam algum espaço para falar e mostrar sobre o tema “aquecimento global”, mas infelizmente, estão longe de amarrar as idéias e levar a mensagem de forma plural.

Não é daqui a primeira vez que se faz este alerta, porém, a indignação com o descaso dos interesses difusos e educação da população é sempre presente, principalmente, para aqueles que trabalham para uma nova visão do planeta com atitudes que enfocam o homem como parte integrante da natureza.

Sem ações efetivas e mudanças de comportamento por parte de todos os âmbitos da sociedade, não seremos capazes de enfrentar tais transformações, muitas delas radicais para a nossa confortável e desmedida vida no Planeta.

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

10/04/07 - REFORÇANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A VALE VERDE DOA MAIS 10 MAQUETES DO VALE DO PARAÍBA PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. É diante da sede de mudança que a ONG Vale Verde investe na conscientização das causas ambientais para a formação de cidadãos conscientes de seu papel crítico e poder transformador da sociedade





No início de abril, em Bruxelas, na Bélgica, especialistas do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) reuniram-se para debater o segundo relatório – de uma série de quatro – sobre as mudanças climáticas.

Entre os piores resultados é conhecido que a temperatura da Terra pode aumentar até 4°C até o fim deste século provocando elevação do nível do mar, seca, perda de biodiversidade, escassez de água e desertificação. E dentre as “novidades” está o fato da Amazônia poder virar savana e, ainda, o fato dos pobres serem aqueles que mais sofrerão com as mudanças climáticas.

Um cenário catastrófico, apocalíptico ou sombrio – é o que vem sendo publicado. Em todo caso, tais resultados pode ser um alarmismo - necessário ou desnecessário - quando o momento é de agir. Sabendo que as conseqüências do aquecimento global para a Terra e as reações do meio ambiente acontecem mais velozmente que a capacidade do homem de se mobilizar diante de complexo tema, a ONG Vale Verde investe na conscientização das causas ambientais para a formação de cidadãos conscientes de seu papel crítico e poder transformador da sociedade.

Com o intuito de estimular a educação ambiental dentro da rede pública de S.José dos Campos, a ONG Vale Verde, em 2002, iniciou os estudos do projeto **“MAQUETE AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA – 500 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES”**; uma ferramenta pedagógica lúdica e tridimensional de fácil visualização e entendimento da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Em 2003, houve a conclusão do protótipo, lançamento do projeto na rede pública de S.J.Campos e testes. Em seguida, 2004, ocorreu a revisão do protótipo e doação das Maquetes para 20 escolas (todas da zona leste). Já em 2005 tiveram início os treinamentos na rede pública e a ampliação do projeto para outros municípios do Vale do Paraíba e, em 2006, aconteceram as reciclagens de formação de professores e Mesa Redonda em S. J. Campos.

Neste ano, 2007, o projeto teve a oportunidade de ser ampliado na rede municipal de ensino de S.J. Campos. Dentro da nova proposta, ocorreu ainda o Workshop Maquete e um Concurso para seleção das escolas a serem beneficiadas.

CERIMÔNIA OFICIAL - Foi com satisfação que no dia 04 de abril, no CEDEMP (Centro de Educação Empresarial), a Vale Verde, em cerimônia oficial, contemplou com mais 10 maquetes a rede municipal. Além das 09 escolas do ensino fundamental que foram premiadas com o projeto por meio de um

concurso, há também a maquete itinerante para atender às escolas municipais do ensino infantil da rede. Aliás, uma novidade desta nova etapa uma vez que esse tipo de público não fazia parte do projeto. Tal extensão reflete as múltiplas possibilidades e versatilidades desta ferramenta pedagógica nas escolas.

Em uma especial comemoração, a mesa dirigente foi composta pela Secretária de Educação Municipal, Maria América de Almeida Teixeira, pelo Conselheiro da Vale Verde, Edson Fujita, pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, André Miragaia e, Aislan Greca, representando Paul Edman, da Revap-Petrobras – patrocinadora do projeto.

À cerimônia compareceram cerca de 60 pessoas, entre as quais as diretoras (entre outros representantes) de todas as 9 escolas do ensino fundamental premiadas no concurso e, também, diretora da 1ª escola do Ensino Infantil, EMEI Alice Pasquarelli, a ter acesso à maquete itinerante.

Este ano, o projeto Maquete prevê a formação de mais 72 docentes da rede municipal (ciclos I e II). As maquetes serão doadas às escolas (veja lista abaixo) entre abril e junho e o processo de formação dos docentes tem início ainda em abril.

1. EMEF Profª Luzia Levina Aparecida Borges
2. EMEF Profª Mercedes Rachid Edwards (São Francisco Xavier)
3. EMEF Profª Mercedes Carnevalli Klein
4. EMEF Profª Maria Ofélia Veneziani Pedrosa e EMEF Profª Ignês Sagula Fossa
5. EMEF Profª Maria de Melo
6. EMEF Dom Pedro Alcântara
7. EMEF Profª Ildete Mendonça Barbosa
8. EMEF Profª Leonor Pereira Nunes Galvão
9. EMEF Profª Ana Berling Macedo

O projeto MAQUETE tem o patrocínio da Revap-Petrobras e apoio da Univap, Unitau, INPE e Dutrafer.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação do Projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba - 500 Anos de Transformações" da ONG VALE VERDE

16/04/07 - ONDE ESTÃO AS CICLOVIAS? MUITOS CIDADÃOS DEPENDEM DA BICICLETA PARA CHEGAR AO TRABALHO! Com faixas expressando a indignação em relação à negligência do poder público quanto ao cumprimento da lei municipal n.º 4319, de 1992, e o descaso com a segurança dos ciclistas, cerca de 70 manifestantes reuniram-se na manhã do sábado, dia 14 de abril, para reivindicar ciclovias e estacionamento para bicicletas em São José dos Campos





Com faixas expressando a indignação em relação à negligência do poder público quanto ao cumprimento da lei municipal n.º 4319, de 1992, e o descaso com a segurança dos ciclistas, cerca de 70 manifestantes reuniram-se na manhã do sábado, dia 14 de abril, para reivindicar ciclovias e estacionamento para bicicletas em São José dos Campos.

A manifestação, organizada pelo Fórum das ONGs ambientalistas de S.J. Campos, concentrou-se no Parque Santos Dumont de onde seguiu até o shopping Centervale – o único da região que não possui estacionamento para bicicletas.

As faixas da manifestação protestavam sobre a falta de ciclovias, o que garante a segurança do ciclista para se movimentar nas cidades. Além disso, cada vez mais os municípios carecem de alternativas de transportes menos poluentes visando o problema da poluição urbana e conseqüente emissão dos gases de efeito estufa.

Ao chegar no Centervale, os manifestantes distribuíram o manifesto – abaixo -

do Movimento nas entradas do Shopping, quando foram abordados pela administração que se incomodou com a presença do grupo. Houve certa confusão que aos poucos foi contornada já que o espírito da manifestação é ser pacífica.

O manifesto tem como objetivo conscientizar e educar a população sobre atitudes na sociedade que vão contra os princípios sustentáveis do planeta e qualidade de vida. E o Centervale com tal postura de proibição das bicicletas em seu estacionamento, deixa claro que está contramão de modelos sustentáveis.

Já acontece hoje de consumidores mais conscientes escolherem seus produtos ambientalmente corretos. Portanto, cada vez mais estes e novos consumidores deixarão de frequentar este shopping já que não se mostra uma empresa com responsabilidade social.

O Centervale declara em sua publicidade sobre suas "Ações Ambientais", (inclusive esta foi entregue aos manifestantes) que: "dentro nossos projetos de melhoria, está previsto a implantação de espaço destinado às bicicletas, diferenciando e com estrutura de segurança condizente, onde nosso cliente poderá deixar sua BIKE com conforto e tranquilidade".

Muito bonito, mas quando? Cadê a atitude pró-ativa? Não, o cidadão não quer esperar mais. Queremos respeito, como cidadãos, clientes ou consumidor. Ciclovias e estacionamento para bikes já!

Veja o manifesto abaixo:

Por uma São José Sustentável: Ciclovias Já !!!

MANIFESTO DO FÓRUM DAS ONGs AMBIENTALISTAS

O Planeta agoniza sufocado pelo modo de vida insustentável que mantemos atualmente!!!

Cidades crescem para muito além de seus limites e da capacidade de suportar as atividades humanas. Portanto, cá estão os impactos ambientais e sociais que nos custam muito caro.

Não queremos que São José se transforme em uma “São Paulo” com seus infindáveis problemas. Queremos um verdadeiro desenvolvimento, mas acompanhado de um crescimento que não comprometa a qualidade de vida em nossa cidade. Isso sem falar das futuras gerações: nossos filhos e netos!!!

O problema é que da maneira como temos planejado e construído a nossa cidade - priorizando sempre os automóveis como meio de condução - nos trará muito em breve um caos total. Segundo Valeparaibano (8/4/07), a frota de veículos de São José cresceu 73% nos últimos 10 anos. Hoje, a frota total gira em torno de 240 mil veículos.

Andar de bicicleta, além de ser saudável, é uma atitude ambientalmente correta uma vez que não contribui com a poluição do ar. Mas, onde estão as ciclovias da cidade? Muitas pessoas não se encorajam em usar suas bicicletas como veículo de transporte do dia-a-dia justamente porque “faltam ciclovias”.

Nem todos sabem, mas São José possui uma Lei Municipal (4.319 de 1992) que obriga a construção de ciclovias em todas as novas avenidas da cidade.

O atual governo é o único que, de certa forma, vem dando mais atenção ao tema, porém, em velocidade ainda muito lenta, o que tem provocado um enorme descompasso para quem já usa a bicicleta, principalmente para ir trabalhar. Com a frota de veículos que não para de crescer, bicicletas e veículos dividem pelas vias urbanas o mesmo espaço de forma desleal.

O próprio anel viário que - para muitos ciclistas -, é rota de acesso para ir ao trabalho foi construído depois da Lei 4319 e, portanto, deveria ter uma ciclovia. A Prefeitura recentemente proibiu oficialmente o trânsito de bicicletas no local, porém, não se comprometeu em nenhum momento em solucionar um problema criado por uma negligência do próprio poder público, e não dos ciclistas!

Temos o direito e o dever de exigir que um comprometimento oficial seja tomado para solucionar, no mais curto espaço de tempo, esta falha. Não devemos aceitar uma simples proibição!

Além disto, a manifestação expressa a indignação em relação ao CenterVale Shopping, ao proibir o estacionamento de bicicletas em seu amplo pátio. Com esta atitude, o shopping, parecendo alheio ao problema do Aquecimento

Global, está desestimulando o uso de um veículo ambientalmente correto - a bicicleta. Algo completamente na contra-mão dos modelos ambientalmente sustentáveis. Logo, para ir ao Centervale (não sendo a pé), somos obrigados a poluir o ar uma vez que nos restam os veículos motorizados (automóveis e motos) que têm seu lugar garantido no estacionamento ou o transporte coletivo que, por sua vez, também contribui com emissão dos gases poluentes.

Roberto Simão (Fórum das ONGs Ambientalistas), 14.04.2007

Ana Celina S. Tiburcio
Comunicação ONG VALE VERDE

**12/06/07 - PROJETO MAQUETE AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA
CHEGA AO ENSINO INFANTIL.** Em experiências com alunos do ensino infantil, a Maquete foi muito bem aceita. Curiosa e interativa, o modelo tridimensional da bacia do Rio Paraíba do Sul encanta os alunos e prova que aprender brincando é mesmo uma receita de sucesso



A educação ambiental é para todos! Das crianças aos adultos, todos têm muito que aprender sobre o mundo e, primordialmente, sobre as relações da

sociedade com o Planeta Terra. É desafio atual da humanidade reconhecer os seus erros e “conhecer” o ambiente onde está inserida para, então, reformular atitudes, políticas e comportamentos.

O projeto da Vale Verde “Maquete Ambiental do Vale do Paraíba – 500 Anos de Transformações” tem como intuito sensibilizar para as transformações ocorridas no Vale e refletir sobre os problemas decorrentes do desenvolvimento e crescimento sem planejamento e, ainda, discutir as possíveis soluções para o atual “caos” ambiental.

Em experiências com alunos do ensino infantil, a Maquete Ambiental do Vale do Paraíba foi muito bem aceita. Curiosa e interativa, o modelo tridimensional da bacia do Rio Paraíba do Sul encanta os alunos e prova que aprender brincando é mesmo uma receita de sucesso.

O instrumento didático, inicialmente voltado aos estudantes do ensino fundamental, ampliou formalmente seu público este ano, na rede municipal de ensino de São José dos Campos. Portanto, agora, contempla além dos ciclos I e II, também o ensino infantil por meio de uma maquete exclusiva que funciona de forma itinerante entre as escolas.

Em 16 de maio último, na Secretaria Municipal de Educação (SME), a equipe pedagógica do projeto Maquete fez uma apresentação e divulgação oficial do projeto e suas potencialidades entre todas as escolas do ensino infantil da rede.

Estiveram presentes todas as OPs (Orientadoras Pedagógicas) que, por sua vez, ficaram bastante entusiasmadas com as possibilidades e resultados que observaram durante a ocasião.

Alunos recebem a Maquete com alegria e inteligência

A ampliação do público do projeto Maquete veio após a experiência de bons resultados na Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Prof^a. Maria Alice Pasquarelli quando, em 2005, a orientadora pedagógica Helena Cristina Ruiz (Leninha) conheceu o projeto e agendou com a Vale Verde um treinamento com seus professores para posterior uso da Maquete com os alunos.

Com um trabalho que partiu do campo para a sala de aula, a Maquete só rendeu frutos. “Após visita ao Rio Paraíba do Sul, houve o contato com a Maquete”, declara a Coordenadora Leninha, que ressalta ainda sobre a boa receptividade e interatividade dos alunos com a Maquete para reconhecer o Vale do Paraíba, identificando suas serras, as cidades pelas quais passa o Rio Paraíba do Sul e a extensa presença da Mata Atlântica antes do desmatamento.

No dia 22 de maio, a Vale Verde foi convidada pela respectiva escola para uma apresentação da Maquete pelos alunos aos pais – claro que, com o auxílio da professora Glória Maria Ribeiro dos Reis Pinto, que vê o trabalho com entusiasmo. “A Maquete enriquece muito o trabalho pela possibilidade de visualização do Vale”, afirma Glória.

Segundo ela, com os alunos é possível trabalhar os rios formadores do Rio Paraíba do Sul, seu percurso, a mata ciliar e, ainda, como era o Vale e o que o homem fez com o passar do tempo. “Para eles (os alunos) é muito marcante a retirada da mata”, completa.

Glória também conta que foi possível observar em toda a dinâmica da Maquete, que os alunos têm um senso de cuidado e cooperação pois, há preocupação (por parte deles) para não perder as peças e eles ajudam a montá-la e desmontá-la. É só alegria!

A Vale Verde torce para que este espírito de cooperação e entusiasmo se estenda para toda a rede de ensino e, em especial, ao ensino infantil. Afinal, os alunos pequenos - a partir daquilo que aprendem com a Maquete - são os que passam a ensinar (e também cobrar!) os pais e todos em casa sobre os cuidados com o Planeta Terra.

Ana Celina S. Tiburcio

Comunicação do Projeto "Maquete Ambiental do Vale do Paraíba - 500 Anos de Transformações" da ONG VALE VERDE